



**alandroal**   
Câmara Municipal

Município de Alandroal  
**RELATÓRIO  
DE GESTÃO PARA  
O ANO DE 2016**

2 4  
fulg  
P  
Kely  
M

# MUNICÍPIO DE ALANDROAL

## RELATÓRIO E CONTAS 2016

## INTRODUÇÃO

O executivo municipal apresenta, nos termos da alínea i) do n.º 1 do art.º 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS (DPC)** relativos à Gerência correspondente ao exercício financeiro do ano de 2016.

Nos termos da alínea l) do n.º 2 do art.º 25º do referido diploma legal, os DPC serão apreciados e votados pela Assembleia Municipal, devendo ser enviados ao Tribunal de Contas até 30 de abril.

Os DPC foram elaborados segundo as regras e princípios definidos no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL), e apresentados conforme estabelece a Resolução 4/2001 - 2. Secção - Tribunal de Contas, de 12 de julho de 2001 -Instruções 01/2001, alterada pela Resolução 26/2013 2ª S, de 21 de novembro e pela Resolução 44/2015, de 25 de novembro.

De acordo com o conteúdo da Resolução 53/2016 do TC, para além dos documentos constantes nas instruções aplicáveis, as entidades devem comutativamente:

- ✓ Incluir o mapa síntese dos bens inventariados;
- ✓ Incluir uma declaração de responsabilidade conforme modelo anexo à referida Resolução.

Conforme referido nos Relatórios dos anos de 2014 e 2015 o município do Alandroal encontra-se abrangido pelo nº 3 do artigo 58º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, pelo que uma vez aprovado o PAM a execução e controlo do orçamento e da conta de 2016 se centrou, prioritariamente, quer no cumprimento dos objetivos e metas do Plano de Ajustamento Municipal aprovado pelo FAM.

Uma das medidas centrais do PAM consistiu em internalizar no empréstimo FAM a dívida financeira quer dos empréstimos de curto prazo que se encontravam em dívida, quer do empréstimo de saneamento financeiro cuja amortização se encontravam em incumprimento, fazendo, ao mesmo tempo, cessar o PFS. Nesse sentido, após a obtenção do Visto do TC em 13 de setembro, e recebida que foi a primeira prestação do FAM, no montante de 11.425.000 €, foram integralmente regularizadas as dívidas financeiras relativas a empréstimos no montante de 570.000 € - curto prazo - e 9.615.000,00 € do saneamento financeiros, canalizando ainda o montante remanescente para amortização de dívida a diversos credos em conformidade com o previsto no PAM.

Dando cumprimento ao estabelecido legalmente e tendo em conta a tomada de conhecimento pela Assembleia Municipal do relatório preliminar da execução do PAM submete-se agora o referido relatório devidamente atualizado para aprovação conjuntamente com a conta de 2016.

Conforme detalhado no relatório do PAM o município atingiu e ultrapassou este objetivo reduzindo a dívida, que releva nos termos do artigo 52º da Lei 73/2013, em 1.044.898 €,

situando-se esta no final do ano em 18.409.608 € ultrapassando o objetivo estabelecido no PAM que apontava para um nível de dívida no final de 2016 situada em 19.454.506 €. Não obstante a restrição imposta pelo objetivo anterior foi possível no exercício de 2016 realizar ações de enorme relevância para o município das quais se destacam:

### **Investimentos realizados**

1)-O ano de 2016 ficou marcado pela conclusão de duas obras essenciais para o concelho que permitiram resolver problemas das populações:

a) A Remodelação e Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da Aldeia das Pias, Aldeia da Venda e Casas Novas de Mares, que teve um investimento total de 349.994,90 €;

b) O Pólo Escolar de Terena, com investimento superior a 300.000,00 €;

2) – 2016 ficou ainda marcado pelo avanço significativo da obra do novo Quartel da GNR, que ficou concluída logo no início de 2017, e que teve investimento de 518.898,00 €.

3)- Salienta-se ainda a construção de pequenas obras e arranjos que representam igualmente investimentos importantes, nomeadamente:

a) Construção do Estaleiro de Santiago Maior, cujo custo ascendeu a 44.000,00 €;

b) Reparação da Praça de Touros de Santiago Maior;

c) Pavimentações em calçada junto à Pré-Primária do Alandroal;

d) Melhoramentos de calçadas na Aldeia da Venda;

e) Plantação de árvores e plantas nos espaços públicos de todas as Freguesias do Concelho; 1.230,00€

### **Intervenção Social**

1) - Foi possível também investir nos apoios sociais essenciais como resposta às dificuldades decorrentes da crise nacional e à necessidade de fixação de população, com os seguintes apoios:

#### **A) Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos**

aa) – Atribuição de Vales Alimentares no valor de 13.977,65 €;

ab) – Atribuição de Apoio ao Arrendamento no valor de 7.435,00 €;

#### **B) Apoio no âmbito do Programa Alandroal Convida**

ba) – Apoio no pagamento da mensalidade da Creche no valor de 5.468,89 €;

bb) Atribuição de Subsídios de Nascimento, para incentivo à natalidade, no valor de 32.500,00 €;

bc) Atribuição de Apoio para fixação e atração de população no valor de 2.500,00 €;

C) **Apoio de melhorias habitacionais** no valor de 21.491,01 €;

D) Apoios no âmbito do Cartão Social do Múncipe Idoso no valor de 30.031,65 €;

### **Educação**

Na área da Educação foram feitos investimentos com atribuídos os seguintes apoios:

- a) Atribuição de apoios de Ação Social Escolar para aquisição de Livros e material Escolar aos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico (Escalaõ A - 70 € e Escalaõ B 35€), no valor de 4.425,00 €;
- b) Participação de refeições escolares do 1º Ciclo e Pré-Escolar(100% escalaõ A e 50% do Escalaõ B), no valor de 46.550,64 €;
- c) Atribuição de 26 Bolsas de Estudo para o Ensino Superior, no valor de 19.575,00 €;

### **Abastecimento Público**

Na área do abastecimento público de água, foi feito um investimento de capital em Habitação e serviços coletivos no ano de 2016 no valor total de 79.741,99 €.

### **Redução do défice no setor da água em virtude**

Foi possível no ano de 2016 iniciar o processo de redução do défice no setor da água mediante a redução de despesas. Durante mais de uma década, o contrato de concessão das águas não foi cumprido pelo sistema das Águas do Centro Alentejo, que se limitou a "gerir" 2 dos 50 Kms de condutas adutoras principais do concelho, deixando sob a responsabilidade da Câmara os custos de manutenção e reparação dos restantes 48 Km e o pagamento da energia elétrica das Estações Elevatórias.

A exigência do executivo Municipal quanto ao cumprimento do contrato de concessão, por parte do atual sistema da ALVT, permitirá obter uma redução de custos de cerca de 140.000,00 € por ano e, conseqüentemente, uma redução do défice no setor da água.

EM SÍNTESE,

Os dados constantes nos documentos da conta evidenciam um grau de concretização dos objetivos definidos para o mandato, cumprindo-se assim, de forma sustentada os objetivos e prioridades aprovados.

Nas notas ao balanço e à demonstração de resultados serão esclarecidos os procedimentos, métodos de valorização, níveis de receita e despesa orçamental, bem como, dos resultados e demais elementos de natureza patrimonial que integram a presente conta.

Uma palavra final para os trabalhadores da Câmara, vítimas também das negativas políticas governamentais, porque sem a sua colaboração era de todo impossível desenvolver a atividade municipal e corresponder aos anseios da população.

A Presidente da Câmara,

## **1 - ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

### **1.1 IDENTIFICAÇÃO**

Município de Alandroal – Anexo ao relatório

### **1.2 - Legislação (constituição, orgânica e funcionamento, quando aplicável)**

O executivo que exerceu funções de 01 de Janeiro até 31 de Dezembro de 2016 era composto por:

#### **Presidente**

Mariana Rosa Gomes Chilra

#### **Vereadores**

Daniel António Nobre Padilha

Inácio Joaquim Rosado Germano

Manuel José Veladas Ramalho

João José Martins Nabais

No novo executivo a presidente e os vereadores Daniel António Nobre Padilha e Inácio Joaquim Rosado Germano exercem funções em regime de permanência.

Não tiveram pelouros atribuídos os vereadores Manuel José Veladas Ramalho e João José Martins Nabais.

A distribuição de pelouros pelos eleitos é a seguinte:

#### **Presidente**

Assegurara em termos políticos, a coordenação geral da atividade Municipal, bem como a cooperação com as Juntas de Freguesia do Concelho e as relações interinstitucionais, e ainda a coordenação da gestão administrativa, económica, financeira e patrimonial, a gestão dos recursos humanos do município, bem como o desenvolvimento económica e Turismo, coordenando ainda as áreas do Património e Cultura, da Educação e Saúde, bem Como da Ação Social e dos Transportes Escolares e Municipais.

#### **Vereador Daniel**

Coordenação e gestão corrente da atividade municipal nas áreas do Desporto e Juventude, da Formação Profissional, da Proteção Civil, da Defesa do Consumidor, das Feiras e Mercados, dos Serviços Veterinários, da Iluminação Pública e Eletrificações e da Sinalização e Trânsito.

#### **Vereador Inácio**

Coordenação e gestão municipal na área do Ordenamento do Território e Urbanismos, compreendendo os Arruamentos e Rede Viária, o Saneamento Básico, a Habitação, o

Ambiente, Limpezas Publica Recolha e tratamento de resíduos sólidos e urbanos, jardins e espaços verdes bem como cemitérios.

O município não dispõe de serviços municipalizados.

Não detém participação em empresas do Setor Local.

Através do processo de reestruturação do SEE na área da água e da integração da Empresa Pública Águas do Centro Alentejo nas Águas de Lisboa e Vale do Tejo o município manteve o montante da sua participação, cujo montante ascende a 150.625,00, baixando a sua participação para menos de 1%.

O município detém igualmente uma participação de 22.050,00 na EDC, Empresa Gestora da Deposição Comum de Mármore SA. Pelo facto da empresa apresentar sucessivamente resultados negativos, entrou em incumprimento do artigo 62º da Lei 50/2012, situação que obriga o município a alienar a sua participação na mesma. Aprovado em reunião de camara de 24/6/2016 a proposta n.º 28-P/2016. Alienação das Participações Locais do Município de Alandroal na Empresa Gestora das Áreas de Deposição Comum dos Mármore, SA. aprovada em reunião da Assembleia Municipal de 24/2/2017.

O município é Associado da ANMP, da CIMAC, Associação de Municípios Portugueses do Vinho e Associação Transfronteiriça dos Municípios das Terras do Grande Lago Alqueva.

### **1.3 - Estrutura organizacional efetiva.**

A Estrutura e Organização dos Serviços da Câmara Municipal do Alandroal foi aprovada nos termos do Decreto-Lei 305/2009 de 23 Outubro a 28 de Dezembro de 2012, sendo publicadas no Diário da Republica 2ª série nº 110 do dia 8 de Junho de 2016, n.º112 do dia 14 de Junho de 2016 e n.º 113 do dia 15 de Junho 2016.

### **1.4 - Recursos humanos**

O mapa de pessoal, elaborado nos termos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei nº 35/2014 de 20 de Junho, foi aprovado pela Camara Municipal de 30 de Outubro de 2015 e pela assembleia municipal a 28/11/2015, dos lugares constantes do mapa de pessoal encontravam-se preenchidos com pessoal em funções o número de efetivos discriminado no mapa abaixo:



Pessoal	Cargo Político		CTFP TI		CTFP TD		Comissão de Serviço		Total	
	dez/15	dez/16	dez/15	dez/16	dez/15	dez/16	dez/15	dez/16	dez/15	dez/16
Dirigente intermédio de 2.º grau										
Técnico Superior			26	25	0	1			26	26
Assistente Técnico			34	32	0	6			34	38
Assistente Operacional			103	105	0	18			103	123
Informático			6	6	0				6	6
Cargo Político										
Outros			1	1	3	3			4	4
Soma			170	169	3	28			173	197
Redução				1						
Redução pelo artº63º da LOE 2015										

Com uma redução de 6 trabalhadores o município excedeu a redução obrigatória de acordo artigo 63º da LOE 2015.

### 1.5 - Norma de Controle Interno

O executivo municipal aprovou em 21 de Dezembro 2016 a atualização da norma de controlo interno e, nos termos da alínea i) do nº 1 do artigo 33º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, submete este documento a apreciação da Assembleia Municipal conjuntamente com inventário de bens, direitos e obrigações patrimoniais do município e respetiva avaliação e ainda os documentos de prestação de contas

## 1.6 - Organização contabilística

Aplicação do POCAL – regime completo.

Software – POCAL, Património, Pessoal, Gestão de Stocks, Obras Administração Direta, Controle de Empreitadas – MEDIDATA

Não existe descentralização contabilística.

Foi aplicado parcialmente o princípio de especialização do exercício, procedendo-se ao corte nas operações patrimoniais.

Embora se tenha verificado avanços na identificação e atribuição dos financiamentos aos bens do imobilizado que lhe correspondem este trabalho continua por concluir, no essencial, pela dificuldade de reconhecer como imobilizado firme os processos que se encontram registados em imobilizado em curso ao longo dos anos.

Trata-se de um processo que permaneceu por aplicar até ao final do exercício de 2014, iniciando-se, pois, apenas em 2015 a sua correção e que prosseguiu em 2016, sendo expectável a sua conclusão em 2017.

Em termos de valores o imobilizado em curso apresentava um valor de 24,8 milhões de euros, dos quais foram regularizados para imobilizado firme 3,1 milhões de € (11,1%) no exercício de 2016 e (13,1%) no exercício de 2015.

### Outros elementos da Conta

Foi efetuada a reconciliação bancária relativa a todos os movimentos efetuados nas contas 12.

Cheques em trânsito 208.287,28€

Deste valor encontram-se por movimentar na conta da CGC:

3 Cheques emitidos em 2014, no montante de 364,90€

Cheques emitidos em 2015, no montante de 43,96€

63 Cheques emitidos em 2016, no montante de 185.286,32€

Deste valor encontram-se por movimentar na conta do BPI:

1 Cheque emitido em 2016, no montante de 183.992,59

Deste valor encontram-se por movimentar na conta da CCAM:

22 Cheques emitidos em 2013, no montante 791,56€

13 Cheques emitidos em 2014, no montante de 359,46€

Cheques emitidos em 2015, no montante de 329,64€

20 Cheques emitidos em 2016, no montante de 11.444,90

Dada a antiguidade destes cheques o executivo deliberou que se proceda à sua anulação, através de reposição não abatida aos pagamentos, referente aos cheques emitidos até 31/12/2015,

Todos os cheques foram regularizados com exceção dos existentes na Caixa Agrícola Mutua de Alandroal, embora os procedimentos tenham sido iniciados, os mesmos tiveram de ser anulados em virtude da entidade só ter respondido no início do ano de 2017.

a) Juros 30,24 (credores)

Pequenas diferenças entre o valor inscrito no cheque e o montante constante na respetiva ordem de pagamento (8,81€ para mais) situação que deve ser regularizada.

Em termos de previsões foram respeitados os princípios orçamentais da independência, anualidade, unidade, universalidade, equilíbrio, especificação, não consignação e não compensação.

Os reembolsos e restituições do exercício foram objeto de reflexo no mapa do controlo orçamental da receita pelo valor de 4.587,06 €.

O equilíbrio orçamental, em termos formais, não foi respeitado na medida em que a despesa corrente atingiu 7.999.983 €, ultrapassando, por si só, em 152.848 € as receitas correntes. Contudo há que ter em consideração que, durante o período de utilização do empréstimo FAM o município terá receitas de passivos financeiros que se destinarão em boa medida a pagar despesa corrente, pelo que não é possível, proceder a uma aferição direta do equilíbrio. Para o efetuar, teremos de recorrer à sua avaliação em termos do saldo entre despesa corrente assumida no exercício acrescida da média da amortização de empréstimos e confrontá-la com a receita correte.

Mantiveram-se os princípios contabilísticos da entidade contabilística, da continuidade, da consistência, da especialização, do custo histórico, da prudência, da materialidade e da não compensação desenvolvidas nos exercícios anteriores, sendo assim possível proceder a uma análise consistente da evolução registada.

O património encontra-se registado e atualizado pelo CIBE, utilizando as taxas de amortização aí estabelecidas.

Para além do já referido saldo da conta 44# encontravam-se igualmente por registar no património um número significativo de bens cujo montante global, em termos de ativo bruto ascendiam a 3.675.331,52 €. Pelo facto de serem bens, a reportar ao inventário inicial estes foram registados na conta 51, tendo-se, em simultâneo procedido à sua amortização por contrapartida da conta 59 no montante de 760.120,44€. Conforme discriminação descrita no quadro seguinte:

N Lanc.	Cta Geral*	D bito(C/ IVA)	Cr dito(C/ IVA)	Observa es
2847	42.2.2.12	12 900,00 €		REGULARIZA O PATRIMONIAL ESCOLA ROSARIO
2847	42.1	26 300,00 €		REGULARIZA O PATRIMONIAL ESCOLA ROSARIO
2847	48.2.2.1		14 300,00 €	REGULARIZA O PATRIMONIAL ESCOLA ROSARIO
2847	48.2.2.2		8 385,00 €	REGULARIZA O PATRIMONIAL ESCOLA ROSARIO
2847	42.2.1.06	66 000,00 €		REGULARIZA O PATRIMONIAL ESCOLA ROSARIO
3253	42.2.2.11	49 600,00 €		REGULARIZA O PATRIM NIO IGREJA E CASA DO
3253	42.2.2.12	700,00 €		REGULARIZA O PATRIM NIO IGREJA E CASA DO
3253	42.1	12 400,00 €		REGULARIZA O PATRIM NIO IGREJA E CASA DO
3253	48.2.2.2		8 680,00 €	REGULARIZA O PATRIM NIO IGREJA E CASA DO
3253	48.2.2.2		490,00 €	REGULARIZA O PATRIM NIO IGREJA E CASA DO
3255	42.2.2.12	189 800,00 €		REGULARIZA O CONSTRU O E TERRENO
3255	48.2.2.2		33 215,00 €	REGULARIZA O CONSTRU O E TERRENO

3255	42.1	346,52 €		REGULARIZA O CONSTRU O E TERRENO
3255	42.1	34 400,00 €		REGULARIZA O CONSTRU O E TERRENO
3259	42.2.2.12	600,00 €		REGULARIZA O ANTIGO MATADOURO MUNICIPAL
3259	42.2.2.12	57 200,00 €		REGULARIZA O ANTIGO MATADOURO MUNICIPAL
3259	42.1	27 700,00 €		REGULARIZA O ANTIGO MATADOURO MUNICIPAL
3259	48.2.2.2		420,00 €	REGULARIZA O ANTIGO MATADOURO MUNICIPAL
3259	48.2.2.2		13 373,36 €	REGULARIZA O ANTIGO MATADOURO MUNICIPAL
3260	42.2.2.12	8 000,00 €		REGULARIZA O LAVADOUR OMUNICIPAL FICHAS
3260	42.1	15 400,00 €		REGULARIZA O LAVADOUR OMUNICIPAL FICHAS
3260	48.2.2.2		10 801,56 €	REGULARIZA O LAVADOUR OMUNICIPAL FICHAS
3260	48.2.2.2		5 600,00 €	REGULARIZA O LAVADOUR OMUNICIPAL FICHAS
3260	42.2.2.12	46 200,00 €		REGULARIZA O LAVADOUR OMUNICIPAL FICHAS
3357	42.2.1.02	487 600,00 €		REGULARIZA O BENS 4034-4035-4036 PA OS DO
3357	42.2.2.12	300,00 €		REGULARIZA O BENS 4034-4035-4036 PA OS DO
3357	42.1	118 500,00 €		REGULARIZA O BENS 4034-4035-4036 PA OS DO
3357	48.2.2.1		113 773,33 €	REGULARIZA O BENS 4034-4035-4036 PA OS DO
3357	48.2.2.2		210,00 €	REGULARIZA O BENS 4034-4035-4036 PA OS DO
3359	42.1	43 500,00 €		REGULARIZA O POSTO DE TURISMNO F 4037 -
3359	48.2.2.1		28 000,00 €	REGULARIZA O POSTO DE TURISMNO F 4037 -
3359	42.2.1.08	120 000,00 €		REGULARIZA O POSTO DE TURISMNO F 4037 -
3498	42.1	460,00 €		REG PATRIMONIO F 4272 4273 4274 4276 4277
3498	42.1	4 840,00 €		REG PATRIMONIO F 4272 4273 4274 4276 4277
3498	42.1	6 850,00 €		REG PATRIMONIO F 4272 4273 4274 4276 4277
3498	42.1	4 830,00 €		REG PATRIMONIO F 4272 4273 4274 4276 4277
3498	42.1	3 490,00 €		REG PATRIMONIO F 4272 4273 4274 4276 4277
3498	42.1	3 590,00 €		REG PATRIMONIO F 4272 4273 4274 4276 4277
3498	42.1	5 990,00 €		REG PATRIMONIO F 4272 4273 4274 4276 4277
3498	42.1	4 760,00 €		REG PATRIMONIO F 4272 4273 4274 4276 4277
3498	42.1	9 110,00 €		REG PATRIMONIO F 4272 4273 4274 4276 4277
3498	42.1	3 760,00 €		REG PATRIMONIO F 4272 4273 4274 4276 4277
3498	42.1	110,00 €		REG PATRIMONIO F 4272 4273 4274 4276 4277
3498	42.1	150,00 €		REG PATRIMONIO F 4272 4273 4274 4276 4277
3498	42.1	380,00 €		REG PATRIMONIO F 4272 4273 4274 4276 4277
3976	42.1	51 500,00 €		REG BEM AB FICHA 4058
3977	48.2.2.2		23 660,00 €	REG F 4088-4089 EDIF CIO - ANTIGO EDIF CIO
3977	42.1	13 500,00 €		REG F 4088-4089 EDIF CIO - ANTIGO EDIF CIO
3977	42.2.2.12	45 500,00 €		REG F 4088-4089 EDIF CIO - ANTIGO EDIF CIO
3980	42.2.1.06	46 700,00 €		REG PAT BENS 4253 4254 4255
3980	48.2.2.1		13 491,11 €	REG PAT BENS 4253 4254 4255
3980	42.1	9 340,00 €		REG PAT BENS 4253 4254 4255
3980	42.2.2.12	7 100,00 €		REG PAT BENS 4253 4254 4255
3980	48.2.2.2		6 513,33 €	REG PAT BENS 4253 4254 4255
3981	42.1	4 900,00 €		REG BENS 4039-4040 SANIT RIOS P Blicos DE
3981	42.2.2.12	14 700,00 €		REG BENS 4039-4040 SANIT RIOS P Blicos DE
3981	48.2.2.2		7 644,00 €	REG BENS 4039-4040 SANIT RIOS P Blicos DE
5222	42.2.1.06	10 500,00 €		REGISTO CONTABILISTICO E PATRIMONIAL BENS
5222	42.2.2.12	4 600,00 €		REGISTO CONTABILISTICO E PATRIMONIAL BENS
5222	48.2.2.1		3 033,33 €	REGISTO CONTABILISTICO E PATRIMONIAL BENS
5222	48.2.2.2		3 986,67 €	REGISTO CONTABILISTICO E PATRIMONIAL BENS
5222	42.1	3 500,00 €		REGISTO CONTABILISTICO E PATRIMONIAL BENS
5229	42.1	69 575,00 €		REGULARIZA O ESCOLA PRIM RIA NA RUA DE
5229	42.2.1.06	208 725,00 €		REGULARIZA O ESCOLA PRIM RIA NA RUA DE
5229	42.2.2.12	13 100,00 €		REGULARIZA O ESCOLA PRIM RIA NA RUA DE
5229	48.2.2.1		52 181,25 €	REGULARIZA O ESCOLA PRIM RIA NA RUA DE
5229	48.2.2.2		9 825,00 €	REGULARIZA O ESCOLA PRIM RIA NA RUA DE
5234	42.2.1.04	319 500,00 €		REGULARIZA O MERCADO MUNICIPAL FICHAS
5234	42.2.2.12	3 100,00 €		REGULARIZA O MERCADO MUNICIPAL FICHAS
5234	42.1	80 600,00 €		REGULARIZA O MERCADO MUNICIPAL FICHAS
5234	48.2.2.2		2 170,00 €	REGULARIZA O MERCADO MUNICIPAL FICHAS
5234	48.2.2.1		55 912,50 €	REGULARIZA O MERCADO MUNICIPAL FICHAS
5235	42.2.2.05	85 300,00 €		REGULARIZA O CAMPO DE JOGOS E BALNE RIO
5235	42.1	25 000,00 €		REGULARIZA O CAMPO DE JOGOS E BALNE RIO

*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller ones below it.]*

5235	48.2.2.2		14 927,50 €	REGULARIZA O CAMPO DE JOGOS E BALNE RIO
5235	48.2.2.1		3 097,50 €	REGULARIZA O CAMPO DE JOGOS E BALNE RIO
5235	42.2.1.03	17 700,00 €		REGULARIZA O CAMPO DE JOGOS E BALNE RIO
5236	42.2.2.12	21 500,00 €		REGULARIZA O ESCOLA PRIM RIA JURIOMENHA
5236	42.2.1.06	37 875,00 €		REGULARIZA O ESCOLA PRIM RIA JURIOMENHA
5236	48.2.2.2		15 050,00 €	REGULARIZA O ESCOLA PRIM RIA JURIOMENHA
5236	42.1	12 625,00 €		REGULARIZA O ESCOLA PRIM RIA JURIOMENHA
5236	48.2.2.1		8 837,50 €	REGULARIZA O ESCOLA PRIM RIA JURIOMENHA
5237	42.2.1.06	28 800,00 €		REGULARIZA O ESCOLA ALDEIA DA VENDA FICHAS
5237	48.2.2.2		1 470,00 €	REGULARIZA O ESCOLA ALDEIA DA VENDA FICHAS
5237	48.2.2.1		5 040,00 €	REGULARIZA O ESCOLA ALDEIA DA VENDA FICHAS
5237	42.2.2.12	2 400,00 €		REGULARIZA O ESCOLA ALDEIA DA VENDA FICHAS
5240	42.2.2.12	21 200,00 €		REGULARIZA O BENS 4094-4095-4096
5240	42.2.1.06	78 675,00 €		REGULARIZA O BENS 4094-4095-4096
5240	42.1	26 225,00 €		REGULARIZA O BENS 4094-4095-4096
5240	48.2.2.2		14 840,00 €	REGULARIZA O BENS 4094-4095-4096
5240	48.2.2.1		18 357,50 €	REGULARIZA O BENS 4094-4095-4096
5242	42.2.2.12	7 900,00 €		REGULARIZA O PATRIMONIO BENS
5242	48.2.2.2		5 040,00 €	REGULARIZA O PATRIMONIO BENS
5242	42.2.1.06	39 150,00 €		REGULARIZA O PATRIMONIO BENS
5242	48.2.2.1		9 135,00 €	REGULARIZA O PATRIMONIO BENS
5242	42.1	13 050,00 €		REGULARIZA O PATRIMONIO BENS
5243	48.2.2.2		9 310,00 €	REGULARIZA O PATRIMONIAL DOS BENS 4101,
5243	42.2.1.06	75 000,00 €		REGULARIZA O PATRIMONIAL DOS BENS 4101,
5243	48.2.2.1		17 500,00 €	REGULARIZA O PATRIMONIAL DOS BENS 4101,
5243	42.1	25 000,00 €		REGULARIZA O PATRIMONIAL DOS BENS 4101,
5243	42.2.2.12	13 300,00 €		REGULARIZA O PATRIMONIAL DOS BENS 4101,
5244	42.2.2.12	17 700,00 €		REGULARIZA O DO PATRIMONIO DOS BENS
5244	48.2.2.2		12 390,00 €	REGULARIZA O DO PATRIMONIO DOS BENS
5244	42.2.1.06	35 550,00 €		REGULARIZA O DO PATRIMONIO DOS BENS
5244	48.2.2.1		8 295,00 €	REGULARIZA O DO PATRIMONIO DOS BENS
5244	42.1	11 850,00 €		REGULARIZA O DO PATRIMONIO DOS BENS
5253	48.2.2.2		4 410,00 €	REGULARIZA O DO PATRIMONIO- BENS 4231 E
5253	42.1	6 300,00 €		REGULARIZA O DO PATRIMONIO- BENS 4231 E
5253	42.2.2.12	18 900,00 €		REGULARIZA O DO PATRIMONIO- BENS 4231 E
5254	48.2.2.2		10 850,00 €	REGULARIZA O PATRIMONIO - BENS 4239, 4240
5254	42.2.1.06	35 625,00 €		REGULARIZA O PATRIMONIO - BENS 4239, 4240
5254	48.2.2.1		8 312,50 €	REGULARIZA O PATRIMONIO - BENS 4239, 4240
5254	42.1	11 875,00 €		REGULARIZA O PATRIMONIO - BENS 4239, 4240
5254	42.2.2.12	15 500,00 €		REGULARIZA O PATRIMONIO - BENS 4239, 4240
5256	42.2.1.06	74 775,00 €		REGULARIZA O DE PATRIMONIO- BENS 4245,
5256	48.2.2.1		17 447,50 €	REGULARIZA O DE PATRIMONIO- BENS 4245,
5256	42.2.2.12	17 400,00 €		REGULARIZA O DE PATRIMONIO- BENS 4245,
5256	48.2.2.2		12 180,00 €	REGULARIZA O DE PATRIMONIO- BENS 4245,
5256	42.1	24 925,00 €		REGULARIZA O DE PATRIMONIO- BENS 4245,
5258	48.2.2.1		2 240,00 €	REGULARIZA O DE PATRIMONIO- BENS 4257 E
5258	42.1	3 200,00 €		REGULARIZA O DE PATRIMONIO- BENS 4257 E
5258	42.2.1.06	9 600,00 €		REGULARIZA O DE PATRIMONIO- BENS 4257 E
5272	42.1	17 400,00 €		REGULARIZA ES DE PATRIMONIO BEM N 4009
5273	48.2.2.1		3 033,33 €	RUGULARIZA O PATRIMONIO- BENS 4047 E 4048
5273	42.1	7 000,00 €		RUGULARIZA O PATRIMONIO- BENS 4047 E 4048
5273	42.2.1.08	13 000,00 €		RUGULARIZA O PATRIMONIO- BENS 4047 E 4048
5275	42.1	32 100,00 €		REGULARIZA O DE PATRIMONIO - BEM 4085
5276	42.2.2.12	8 200,00 €		REGULARIZA O DE PATRIMONIO - BENS 4105,
5276	48.2.2.2		5 740,00 €	REGULARIZA O DE PATRIMONIO - BENS 4105,
5276	42.2.1.06	19 875,00 €		REGULARIZA O DE PATRIMONIO - BENS 4105,
5276	48.2.2.1		4 637,50 €	REGULARIZA O DE PATRIMONIO - BENS 4105,
5276	42.1	6 625,00 €		REGULARIZA O DE PATRIMONIO - BENS 4105,
5277	48.2.2.1		2 992,50 €	REGULARIZA O DE PATRIMONIO BENS 4108 E
5277	42.1	4 275,00 €		REGULARIZA O DE PATRIMONIO BENS 4108 E
5277	42.2.1.06	12 825,00 €		REGULARIZA O DE PATRIMONIO BENS 4108 E
5278	42.2.2.12	22 050,00 €		REGULARIZA O PATRIMONIO BENS 4229 E 4230

*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the bottom right.]*

5278	48.2.2.2		5 145,00 €	REGULARIZA O PATRIM NIO BENS 4229 E 4230
5278	42.1	7 350,00 €		REGULARIZA O PATRIM NIO BENS 4229 E 4230
5279	42.1	15 400,00 €		REGULARIZA O DE PATRIM NIO BEM 4238
5310	48.2.2.2		7 420,00 €	REGULARIZA ES PATRIM NIO BENS 4249, 4250 E
5310	42.1	31 025,00 €		REGULARIZA ES PATRIM NIO BENS 4249, 4250 E
5310	42.2.1.06	17 600,00 €		REGULARIZA ES PATRIM NIO BENS 4249, 4250 E
5310	48.2.2.1		4 106,67 €	REGULARIZA ES PATRIM NIO BENS 4249, 4250 E
5310	42.2.2.12	10 600,00 €		REGULARIZA ES PATRIM NIO BENS 4249, 4250 E
5311	42.2.2.12	4 300,00 €		REGULARIZA O DE PATRIM NIO- BENS 4266,
5311	48.2.2.2		3 100,00 €	REGULARIZA O DE PATRIM NIO- BENS 4266,
5311	42.1	9 600,00 €		REGULARIZA O DE PATRIM NIO- BENS 4266,
5311	42.2.1.01	24 300,00 €		REGULARIZA O DE PATRIM NIO- BENS 4266,
5311	48.2.2.1		5 670,00 €	REGULARIZA O DE PATRIM NIO- BENS 4266,
5312	48.2.2.2		8 120,00 €	REGULARIZA ES PATRIM NIO- BENS 4262, 4263,
5312	42.1	26 700,00 €		REGULARIZA ES PATRIM NIO- BENS 4262, 4263,
5312	42.2.1.06	80 100,00 €		REGULARIZA ES PATRIM NIO- BENS 4262, 4263,
5312	48.2.2.1		18 690,00 €	REGULARIZA ES PATRIM NIO- BENS 4262, 4263,
5312	42.2.2.12	30 000,00 €		REGULARIZA ES PATRIM NIO- BENS 4262, 4263,
5312	48.2.2.2		21 000,00 €	REGULARIZA ES PATRIM NIO- BENS 4262, 4263,
5312	42.2.2.12	11 600,00 €		REGULARIZA ES PATRIM NIO- BENS 4262, 4263,
5314	42.2.2.12	10 900,00 €		REGULARIZA O DE PATRIM NIO - BENS 4269,
5314	48.2.2.2		7 840,00 €	REGULARIZA O DE PATRIM NIO - BENS 4269,
5314	42.2.1.06	33 600,00 €		REGULARIZA O DE PATRIM NIO - BENS 4269,
5314	48.2.2.1		7 840,00 €	REGULARIZA O DE PATRIM NIO - BENS 4269,
5314	42.1	11 200,00 €		REGULARIZA O DE PATRIM NIO - BENS 4269,
5315	42.1	13 800,00 €		REGULARIZA O PATRIM NIO- BEM 4260
5316	42.1	29 300,00 €		REGULARIZA O PATRIM NIO- BEM 4261
5317	48.2.2.1		10 360,00 €	REGULARIZA O DE PATRIM NIO- BENS 4297 E
5317	42.1	5 700,00 €		REGULARIZA O DE PATRIM NIO- BENS 4297 E
5317	42.2.1.01	14 800,00 €		REGULARIZA O DE PATRIM NIO- BENS 4297 E
5318	42.2.1.03	15 000,00 €		REGULARIZA O PATRIM NIO - BENS 4299 E 4300
5318	48.2.2.1		10 500,00 €	REGULARIZA O PATRIM NIO - BENS 4299 E 4300
5318	42.1	4 700,00 €		REGULARIZA O PATRIM NIO - BENS 4299 E 4300
5319	48.2.2.1		10 360,00 €	REGULARIZA O DE PATRIM NIO - BENS 4301,
5319	42.2.1.01	13 100,00 €		REGULARIZA O DE PATRIM NIO - BENS 4301,
5319	48.2.2.1		9 170,00 €	REGULARIZA O DE PATRIM NIO - BENS 4301,
5319	42.1	5 700,00 €		REGULARIZA O DE PATRIM NIO - BENS 4301,
5319	42.1	4 700,00 €		REGULARIZA O DE PATRIM NIO - BENS 4301,
5319	42.2.1.01	14 800,00 €		REGULARIZA O DE PATRIM NIO - BENS 4301,
			<b>3 675 331,52 €</b>	<b>760 120,44 €</b>

*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'J.M.' and 'M. J. M.']*

### 1.7 - Outra informação considerada relevante

A obtenção do visto do Tribunal de Contas relativamente ao PAM em setembro teve como consequência que se tenha concretizado apenas a 1ª prestação do empréstimo, situação que condicionou o grau de execução do orçamento e a redução da dívida de curto prazo.

Teve finalmente início o processo de abertura e aprovação de candidaturas no quadro do Portugal 20-20 e encontra-se em encerramento o QREN. Apesar das fortes condicionantes a que o município está sujeito foi possível apresentar 8 candidaturas com um investimento de 1,391 milhões de euros e o um financiamento FEDER de 1,087 milhões de euros. Por outro lado encontram-se ainda pendentes candidaturas ao QREN e do protocolo para a construção

do quartel da GNR que no seu conjunto apresentam ainda um valor por receber de 337 mil euros já descontado o valor recebido em excesso n eletrificação do Lucifect,

Os quadros seguintes discriminam o processo de candidaturas.

DESIGNAÇÃO DA CANDIDATURA	Data de Homologação	APROVADO				EXECUÇÃO: INVESTIMENTO REALIZADO/VALIDADO		COMPARTICIPAÇÃO RECEBIDA E A RECEBER		PONTO-SITUAÇÃO
		Investimento Total	Investimento Elegível	Participação	%	Investimento Elegível Apresentado	Participação recebida	Participação por Receber despesa apresentada		
<b>CANDIDATURAS APROVADAS PELO QCA2020 (2014 - 2020)</b>										
Anejos Exteriores da Rua Infante D. Henrique e Anejos Exteriores da Zona Envolvente à Igreja de São Sebastião - Alandroal	29/07/2016	586 176,70 €	586 176,70 €	498 250,20 €	85%	48 695,70 €	41 391,35 €	0,00 €	Candidatura aprovada - Faltava a...	
Centro Escolar de Terena - Remodelação e Ampliação	18/05/2016	367 458,58 €	287 019,50 €	243 968,58 €	85%	68 786,14 €	41 603,52 €	16 864,70 €	Candidatura aprovada - Faltava a...	
Valorização, promoção e desenvolvimento do património Histórico e cultural de Évora e da região envolvente	10/01/2017	104 000,00 €	90 900,00 €	68 175,00 €	75%			0,00 €	Candidatura intermunicipal aprovada - Faltava a...	
MODERNIZAÇÃO-AC2020	10/03/2017	35 833,22 €	35 833,22 €	30 458,24 €	85%			0,00 €	Candidatura intermunicipal aprovada em 10/03/2017 - Faltava a...	
Otimização e Reforço da Rede de Recolha Seletiva		66 025,17 €	53 679,00 €	45 627,15 €	85%			0,00 €	Candidatura intermunicipal apresentada - Faltava a...	
Construção de estação elevatória e emissário na zona velha de Terena	31/01/2017	66 999,45 €	66 999,45 €	56 949,53 €	85%			0,00 €	Candidatura aprovada em 31/01/2017	
Conclusão do Sistema de Saneamento em Baixa de Hortifinas	31/01/2017	117 066,75 €	117 066,75 €	99 506,74 €	85%			0,00 €	Candidatura aprovada em 31/01/2017	
PEPAL	10/08/2016	47 729,40 €	47 729,40 €	43 911,05 €	92%	0,00 €	6 586,66 €	0,00 €	Candidatura aprovada - Faltava a...	
<b>Total QCA 2020</b>		<b>1 991 299,27 €</b>	<b>1 286 404,02 €</b>	<b>1 086 244,48 €</b>		<b>117 481,84 €</b>	<b>89 991,93 €</b>	<b>16 864,70 €</b>		

<b>CANDIDATURAS APROVADAS PELO QREN (2008 - 2016)</b>										
Centro Educativo de Fias - EB1	08/09/2008	1 095 790,79 €	950 863,96 €	808 234,37 €	85%	1 005 167,24 €	773 692,37 €		CONCLUIDA: Relatório final aprovado em 24/02/2011	
Pavilhão Gimno-Desportivo integrado no Complexo do Centro Educativo de Fias - EB1	03/08/2009	911 667,71 €	841 817,28 €	715 544,67 €	85%	753 352,28 €	629 645,96 €		CONCLUIDA: Relatório final aprovado em 24/02/2011	
Construção de uma Creche na Freguesia de Santiago Maior	30/12/2010	537 829,65 €	492 646,44 €	416 749,47 €	85%	485 918,44 €	400 547,98 €	10 076,48 €	CONCLUIDA: Relatório final aprovado em 09/03/2011	
Requalificação da Zona Envolvente ao Castelo - II Fase - Praça da República, Jardim das Merinas e Rua João de Deus	31/08/2010	726 537,30 €	686 777,33 €	549 421,86 €	80%	650 854,12 €	520 683,30 €		CONCLUIDA: Relatório final aprovado em 20/11/2011	
Requalificação do Vilarejo e Iluminação do "Castelo - I" Fase	29/11/2011	423 157,92 €	390 124,60 €	331 556,29 €	85%	395 356,37 €	331 556,29 €		CONCLUIDA: Relatório final aprovado em 04/07/2011	
Requalificação do CM 1109 entre a Aldeia do Rosário e Favelas de Caiaquina	20/03/2013	523 550,43 €	515 999,69 €	438 599,74 €	85%	538 850,19 €	413 750,40 €	21 776,33 €	CONCLUIDA: Relatório final aprovado em 24/01/2011	
Festival Temas de Sol: Cand. Intermunicipal; Promotor Município Évora	20/12/2011	62 730,00 €	51 000,00 €	40 800,00 €	80%	51 000,00 €	23 200,00 €	17 600,00 €	CONCLUIDA: Encerramento a cargo do município (23/01/2011)	
Rede Cultural Temas do Sol: Cand. Intermunicipal; Promotor Município Redondo	14/08/2012	133 662,35 €	108 668,58 €	86 934,86 €	80%	108 668,57 €	39 238,62 €	47 695,04 €	CONCLUIDA: Encerramento a cargo do município (23/01/2011)	
TEIAS - Rede Cultural do Alentejo: Cand. Intermunicipal; Promotor Município Évora	18/01/2011	74 461,13 €	74 461,13 €	59 568,90 €	80%	66 268,25 €	48 760,59 €		CONCLUIDA: Encerramento a cargo do município (23/01/2011)	
Complexo Desportivo de Alandroal - O Primeiro Rehado	30/09/2009	1 503 311,75 €	965 142,86 €	675 600,00 €	70%	965 142,86 €	675 600,00 €		CONCLUIDA: Relatório final aprovado em 24/02/2011	
Remodelação do Sistema de Abastecimento de Água de Pias-Venda-Casas Novas de Mares	05/11/2015	416 743,13 €	361 607,90 €	307 366,72 €	85%	301 387,46 €	228 727,63 €		NÃO CONCLUIDA: Apresentado relatório final. Encerramento em 2016	
Electrificação Rural na Zona do Perímetro de Rega do Lucifect	02/06/2010	588 414,37 €	525 041,43 €	393 781,07 €	75%	366 320,12 €	414 013,60 €	-92 737,28 €	CONCLUIDA: Apresentado relatório final em 2016. O Município tem a devolver 100% dos custos produzidos: montante de 23 843,21€ incluído em 2016. Mas ainda não se pagou ao Município Rural Lucifect	
AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DAS TERRAS DO GRANDE LAGO ALQUEVA_ADLA	10/10/2011	25 000,00 €	25 000,00 €	18 750,00 €	75%	24 848,29 €	17 812,50 €	84,58 €	CONCLUIDA: Encerramento a cargo do município	
Modernização Alentejo Central@2015 (Promotor CIMAC)	06/06/2013	62 863,41 €	62 863,41 €	53 433,90 €	85%	62 863,41 €	53 433,91 €	0,00 €	CONCLUIDA: Encerramento a cargo do município	
Reabilitação e Ampliação de Edifício para Forças de Segurança	29/04/2013	593 409,09 €	593 409,09 €	593 409,09 €	100%	560 047,21 €	227 600,64 €	332 446,57 €	Relatório em 14/01/2014	
<b>Total QREN</b>		<b>7 678 128,09 €</b>	<b>6 665 423,98 €</b>	<b>5 481 760,94 €</b>	<b>83%</b>	<b>6 136 944,81 €</b>	<b>4 796 264,99 €</b>	<b>336 941,88 €</b>		
<b>Total QCA 2020 + QREN</b>		<b>9 070 427,36 €</b>	<b>7 951 827,90 €</b>	<b>6 572 005,42 €</b>	<b>83%</b>	<b>6 453 926,65 €</b>	<b>4 987 946,92 €</b>	<b>353 806,58 €</b>		

## **2 - Notas ao Balanço e Demonstração de Resultados**

### **2.1 - Derrogações**

Não se registou qualquer derrogação verificando-se consistência com os exercícios anteriores e correspondendo o balanço e a demonstração de resultados à situação real do ativo, do passivo e dos resultados da CMM.

### **2.2 - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior**

Dando cumprimento às normas da STAPOCAL o município iniciou um processo integral de divisão do seu passivo em médio e longo prazo (dívida a vencer a mais de 12 meses) e passivo de curto prazo (dívida a vencer no prazo máximo de 12 meses), passando esta a incluir a componente dos empréstimos de médio e longo prazo que vencem em 2017

Conforme assinalado o processo de reconhecimento nas contas de património municipal que não se encontrava devidamente registado conduziu a um incremento do Ativo Bruto substancial mas que no essencial se deve a este ajustamento.

### **2.3 - Critérios valorimétricos utilizados**

Os acréscimos patrimoniais foram integralmente valorizados no caso de aquisição pelo critério do custo de aquisição, tendo por base o respetivo documento de aquisição.

Os bens patrimoniais produzidos por administração direta não foram valorizados pelo que o balanço não reflete esses valores, nem a demonstração de resultados reflete os materiais, mão-de-obra e máquinas utilizados em atividades que deveriam ser apurados em Rendimentos para a Própria Entidade e contabilizados na conta 75.

Os mapas de amortizações discriminam adequadamente os bens, taxas e valores registados no exercício, ressalvando-se, contudo, o facto da conta ser influenciada pelo não registo de amortizações sobre os ativos que embora concluídos se encontrarem registados em imobilizado em curso.

### **2.4 - Cotações de resultados originariamente expressas em moeda estrangeira**

Não se aplica;

### **2.5 - Situações em que o resultado do exercício foi afetado**

Conforme já referido, pela subavaliação das amortizações.

Por provisões extraordinárias respeitantes ao ativo - não se aplica

### **2.6 - Comentário às contas 431 «Despesas de instalação» e 432 «Despesas de investigação e de desenvolvimento».**

A conta 431 e 432 registam um saldo 479.134,97€, exatamente igual ao de 2015, continuando a verificar-se que existem bens, integralmente amortizados que permanecem no inventário.





algumas delas desde o início do POCAL e outras com vários anos, em atividade. Acresce que, parte destes bens foram objeto de cofinanciamento, não se encontrando igualmente processado o reconhecimento do respetivo proveito. Trata-se de uma situação que acontece distorcendo os resultados.

O valor de aumento do ativo bruto, cerca de 1.429 mil euros valor que corresponde, sensivelmente, ao incremento, registado nas amortizações 1,391 milhões de euros.

## 2.8 - Descrição do ativo imobilizado. Amortizações do exercício e acumuladas:

Não foram adquiridos bens em estado de uso.

O valor total das amortizações acumuladas encontra-se influenciado no seu valor pelos motivos já expostos.

	RUBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	REGULARIZAÇÕES	SALDO FINAL
48.1	de investimentos em imóveis				
48.2	de imobilizações corpóreas	4 490 545,20 €	1 007 729,76 €	61 148,24 €	5 437 126,72 €
48.3	de imobilizações incorpóreas	293 917,83 €	32 297,04 €		326 214,87 €
48.5	de bens de domínio público	25 574 511,35 €	1 111 435,93 €	9 882,66 €	26 676 064,62 €
49.	provisões para investimentos financeiros				
	Total Geral	30 358 974,38 €	2 151 462,73 €	71 030,90 €	32 439 406,24 €
	Reforço por Reglização a Ex Anteriores		760 120,44 €		
	Amortizações do Exercício	30 358 974,38 €	1 391 342,29 €	71 030,90 €	32 439 406,24 €

## 2.9 - Indicação dos custos incorridos no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período.

O município não recorreu a empréstimos para financiar investimentos presentes, limitando-se a recorrer ao empréstimo de reequilíbrio no quando do FAM.

Não foram capitalizados os juros suportados.

## 2.10 - Indicação dos diplomas legais nos termos dos quais se baseou a reavaliação dos bens do imobilizado.

Não aplicável.

## 2.11 - Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações, do tipo seguinte:

Não aplicável

## 2.12 - Relativamente às imobilizações corpóreas e em curso, deve indicar-se o valor global, para cada uma das contas,

Os valores das imobilizações em curso, bem como das transferências para imobilizado firme encontram-se discriminados nos respetivos mapas que fazem parte da conta e do relatório-

Conforme já referido o valor em imobilizações em curso na ordem dos 25 milhões de euros das quais mais de 24 milhões estão concluídas afetam os resultados em cerca de 700 mil de euros por subavaliação das amortizações e num valor que 200 a 300 mil euros por subavaliação do diferimento das subvenções.

As imobilizações reversíveis em concessão às ALVT não se encontram registadas na conta 41 mas, sim, nas contas 45 e 42.

### **2.13 - Indicação dos bens utilizados em regime de locação financeira, com menção dos respetivos valores contabilísticos.**

Durante o exercício de 2016 não foram adquiridos novos bens em regime de leasing, nem existiram no exercício quaisquer despesas desta natureza.

### **2.14 - Relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade.**

Com a regularização de 3,675 milhões de euros já mencionada consideram-se integralmente inscritos e reconhecidos no imobilizado a totalidade dos bens sob posse e controlo do município.

### **2.15 - Identificação dos bens de domínio público que não são objeto de amortização e indicação das respetivas razões.**

Os bens não sujeitos a amortização, terrenos e bens do património histórico, não estão amortizados. Para além destes bens existem as situações já descritas anteriormente e que se prendem com os bens que se encontram indevidamente em curso.

### **2.16 - Entidades participadas -**

A participação das ALVT encontra-se ajustada pelo MEP aos resultados de 2015, não tendo sido recebida a conta do exercício de 2016. Entretanto tendo em consideração os critérios de consolidação definidos pela SATAPOCAL deverá ser reposta a valorização ao método de custo.

### **2.17 - «Títulos negociáveis» e «Outras aplicações de tesouraria»**

O município não detém títulos desta natureza.

### **2.18 - Discriminação da conta «Outras aplicações financeiras», com indicação, quando aplicável, da natureza, entidades, quantidades, valores nominais e valores de balanço.**

O município detém apenas a participação financeira no capital do FM a que por lei está obrigado.

### **2.19 - Indicação global, por categorias de bens, das diferenças, materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adaptados, e as quantias correspondentes aos respetivos preços de mercado.**

Não existem.

## **2.20 - Atribuição de valor inferior - Ativo circulante**

Não existem.

## **2.21 - Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.**

Não foi efetuada análise da rotação das existências cujo valor ascende a 200 mil euros não se tendo procedido a eventual provisão para possíveis existências com perda de valor.

## **2.22 - Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros.**

O balanço regista um montante de 611 mil euros em cobrança duvidosa, sendo que esta corresponde a 196.435,00 € dos serviços de água, saneamento e resíduos e que se encontra provisionada nos termos e percentagens definidas no POCA.

O segundo valor relevante corresponde a impostos diretos não cobrados pela autoridade tributária e cujo montante em atraso se encontra publicado no sítio da AT.

## **2.23 - Valor global das dívidas ativas e passivas respeitantes ao pessoal da autarquia local.**

Não existem.

## **2.24 - Quantidade e valor nominal de obrigações e de outros títulos emitidos pela entidade, com indicação dos direitos que conferem.**

Não existem.

## **2.25 - Dívidas ao Estado em situação de mora**

Não existem dívidas em mora ao Estado

## **2.26 - Garantias e cauções prestadas**

Encontram-se discriminadas no mapa de contas de ordem, contas da classe 0. Existem contudo valores que se encontram nas contas de terceiros - Operações de Tesouraria - sendo necessário proceder à sua plena inclusão em contas de ordem.

Não se encontram refletidas nas contas de ordem as garantias prestadas pelo município a terceiros e que constam DO Centro de Responsabilidades de Crédito Publicadas pelo Banco de Portugal nos valores respetivamente de: (1) 13.354 €; (2) 34.783 €; (3) 5.000 €.

## **2.27 - Provisões acumuladas**

Relativamente a contingências por ações movidas contra a Câmara existem as adequadas provisões constituídas em balanço e cujo montante ascende a 336.733 €

O quadro seguinte divulga o conjunto de processos judiciais em curso:

**1 - Processo n.º 88/11.9TBRMZ –Tribunal Judicial de Reguengos de Monsaraz - Autor: Netchange – Consultores em Sistemas de Informação S.A. (Processo Execução)**

Em 16 de Maio de 2012, o Município de Alandroal foi citado para o pagamento da dívida exequenda, em que é reclamada a quantia de € 18.436,52, acrescida de juros vincendos.

A dívida prendia-se com o fornecimento de serviços, proveniente da fatura n.º 1143, emitida em 26.06.2009.

Para o efeito, encontrava-se penhorado o prédio urbano descrito pelo n.º 1401 da freguesia da União de Freguesias de Alandroal, sito na Rua Dr. Manuel Viana Xavier Rodrigues (lote n.º 15 de artigo matricial 2518).

---

O processo está em vias de extinção, em virtude do pagamento já ter sido realizado (penhora de créditos pela Autoridade Tributária), aguardando-se apenas a extinção por parte do Agente de Execução.

A este propósito, convém aclarar que o Município de Alandroal já reclamou da nota de discriminativa final do processo, tendo inclusivamente, deduzido oposição no processo e requerido procedimento judicial contra o Agente de Execução. Aguarda prolação de decisão judicial sobre o requerido.

**2 - Processo n.º 233/13.0BEBJA – Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja – Autor: Ibera – Indústria de Betão S.A. (Processo Administrativo de natureza cível)**

Em 28 de Maio de 2013, o Município de Alandroal foi citado para a ação supra, em que é reclamada a quantia de € 3.950,76, acrescida de juros vencidos e vincendos.

A dívida prende-se com o fornecimento de betão, proveniente de faturas vencidas em 30.10.2012 e 13.11.2012.

Para o efeito, foi apresentada contestação, aguardando-se os termos processuais posteriores.

Paralelamente, foi liquidada a quantia de € 3.950,76, estando apenas em discussão e negociação, o pagamento dos juros vencidos e vincendos.

**3 - Processo n.º 81/13.7BEBJA – Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja – Autor: Lena Agregados S.A. (Processo Administrativo de natureza cível)**

Em 9 de Janeiro de 2013, o Município de Alandroal foi citado para a ação supra, em que é reclamada a quantia de € 5.743,90, acrescida de juros vencidos e vincendos.

A dívida prende-se com o fornecimento de “tout-venant”, proveniente da requisição n.º 56, de 13.02.2009.

Para o efeito, foram encetadas negociações para a extinção do processo, tendo as mesmas sido aceites por parte do autor, pois a dívida de capital encontrava-se praticamente liquidada. Aguarda prolação de decisão de extinção do processo.

**4 - Processo n.º 1/11.3BEBJA – Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja – Autor: Mónica Teresa Abelha Monteiro Brito (Processo Administrativo de natureza cível e laboral)**

Em 6 de Janeiro de 2011, o Município de Alandroal foi citado para a ação supra, em que é reclamado o direito a ser-lhe reconhecida *“uma relação jurídica de emprego, ao pagamento de uma indemnização por danos patrimoniais no valor de € 25.670,82, ao pagamento de uma indemnização por danos não patrimoniais no valor de € 2.500,00, e ainda, ao pagamento de todas as remunerações mensais e demais regalias até ao trânsito em julgado da sentença que vier a ser proferida”*.

Para o efeito, foi apresentada contestação.

Entretanto, o Município de Alandroal foi notificado pelo TAF de Beja do agendamento de tentativa de conciliação aprazada para o dia 10 de Fevereiro de 2015.

Todavia, no dia 9 de Fevereiro de 2015, foi o Município de Alandroal notificado de saneador-sentença, o qual declarou como aceite a excepção invocada pelo Município, e em consequência, foi declarada a incompetência em razão da matéria para o TAF de Beja se pronunciar sobre os pedidos formulados pela Autora.

Em consequência, a Autora interpôs recurso da decisão para o Tribunal Central Administrativo Sul, tendo o Município de Alandroal apresentado as suas contra-alegações.

Assim, aguardam-se os termos processuais posteriores.

Até à data, apesar da contraparte ser prestadora de serviços ao Município de Alandroal, não se logrou a resolução extrajudicial do processo em apreço.

**5 - Processo n.º 393/10.1BEBJA – Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja – Autor: José Manuel Moreira Rosado (Processo Administrativo de natureza cível e laboral)**

Em 22 de Novembro de 2010, o Município de Alandroal foi citado para a ação supra, em que é reclamada a *“impugnação da deliberação tomada pela Câmara Municipal de Alandroal, em 27.09.2010, por ser nula, ou caso assim não se entenda, ser anulada”, e ainda, “a restituição das quantias que o autor tenha pago a título de sanção de multa”*.

A deliberação em causa teve em causa a instauração de um processo disciplinar ao autor e trabalhador do Município de Alandroal, Senhor José Manuel Moreira Rosado, o qual foi punido com a sanção disciplinar de pena de multa no valor de € 200,00 (duzentos euros).

Para o efeito, foi apresentada contestação e alegações finais, aguardando-se os termos processuais posteriores.

**6 - Processos n.ºs 167/05.1BEBJA-A, 168/05.1BEBJA-A, 169/05.1BEBJA-A, 170/05.1BEBJA-A e 356/06.1BEBJA-A – Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja - Exequente Massa Insolvente da Pavia – Pavimentos e Vias, S.A. (Processos de Execução)**

Em 13 de Julho de 2012 foram penhorados os créditos que o Município de Alandroal detinha na Direção-Geral das Autarquias Locais, através da retenção de transferências do Fundo de Equilíbrio Financeiro, ao abrigo do disposto no artigo 34.º da Lei das Finanças Locais, e ainda, em paralelo foram efetuados pagamentos pelo Fundo de Regularização Municipal, ao abrigo do disposto no artigo 19.º, n.º 5 do Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de Março.

Pelo que, em sede de execução, foi liquidada até à presente data a quantia total de € 959.035,77, encontrando-se a dívida integralmente liquidada.

*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller ones.]*

A dívida prendia-se com o cumprimento de sentenças transitadas em julgado, relativas a empreitadas de obras públicas referentes a:

- Caminho Municipal 1114 entre a E.M. 225, e Cabeça de Carneiro e entre a E.M.546 (Cabeça de Seixo) e a E.M.514 (próximo de Motrinos) – contrato de 12.03.1997;
- Arruamentos na vila de Terena – contrato de 29.08.1996;
- Alargamento, beneficiamento, rectificação e pavimentação da E.M.546 – contrato de 29.08.1996;
- Reabilitação e beneficiação dos arruamentos de Casas Novas de Mares – contrato de 17.04.1997.

Para o efeito, sem prejuízo das oposições à penhora efetuadas no âmbito dos processos supra identificados, e bem assim, de reunião realizada com o Administrador de Insolvência e o mandatário do Exequente, aguarda-se por decisão judicial a fim de que o Ilustre Agente de Execução proceda à elaboração da conta final dos processos, a qual poderá incluir o pagamento de juros de mora ainda não liquidados.

Neste desiderato, o processo n.º 169/05.1BEBJA-A cujo valor peticionado ascendia a € 291.574,08, acrescido de juros vencidos e vincendos encontra-se extinto por decisão judicial.

**7 - Processo n.º 260/14.0BEBJA – Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja - Autor: CVF – Construtora Vila Franca, Lda. (Processo Cível)**

Em 16 de Junho de 2014, o Município de Alandroal foi citado através de Ação Administrativa Comum, para proceder ao pagamento da quantia de € 30.347,33, ou, para deduzir contestação.



A dívida prende-se com trabalhos referentes ao contrato de empreitada da obra pública denominada de “Recuperação do Espaço Público do Castelo de Alandroal”, de 8 de Setembro de 2011.

Para o efeito, foi deduzida contestação, aguardando-se os termos processuais posteriores.

Atualmente, foram encetadas negociações para a extinção do processo, estando o Município de Alandroal a aguardar pela aceitação ou não da proposta formulada ao Autor.

**8 - Processo n.º 1053/14.OBELRA – Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria – Unidade Orgânica 1 - Autor: RVU, Lda. (Processo Cível)**

Em 4 de Setembro de 2014, o Município de Alandroal foi citado através de Ação Administrativa Comum, para proceder ao pagamento da quantia de € 8.205,73, acrescida de juros de mora vencidos e vincendos, ou, para deduzir contestação.

A dívida prende-se com o “aluguer de uma viatura RSU (recolha de resíduos sólidos urbanos)”.

Para o efeito, sem prejuízo de se lograr a obtenção de acordo, foi deduzida contestação.

**9 - Processo n.º 416/14.SBEBJA – Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja – Unidade Orgânica – Autor: Carlos Gomes, Aluguer de Máquinas Unipessoal, Lda. (Processo Cível)**

Em 12 de Setembro de 2014, o Município de Alandroal foi citado através de Ação Administrativa Comum, para proceder ao pagamento da quantia de € 59.495,10, acrescida de juros de mora vencidos (€ 3.321,13) e vincendos, ou, para deduzir contestação.

A dívida prende-se com a prestação de serviços através da disponibilização de retroescavadora e motoniveladora com operador.

Para o efeito, foi deduzida contestação, aguardando-se os termos processuais posteriores.

**10 - Processo n.º 2104/14.3BESNT – Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra – Unidade Orgânica 3 – Autor: Município, E.M., S.A. (Processo Cível)**

Em 22 de Outubro de 2014, o Município de Alandroal foi citado através de Ação Administrativa Comum, para proceder ao pagamento da quantia de € 4.234,00, acrescida de juros de mora vencidos e vincendos, ou, para deduzir contestação.

O processo prende-se com a resolução do contrato de prestação de serviços de “sistema de frotas do Município, incluindo o fornecimento e instalação dos respetivos equipamentos por viatura”, tendo sido peticionada uma indemnização por parte do Autor.

Para o efeito, foi deduzida contestação, aguardando-se os termos processuais posteriores.

**11 - Processo n.º 51606/15.1YIPRT – Instância Local de Redondo - Autor: José Daniel Rosa Ramos (Processo Cível)**

Em 24 de Abril de 2015, o Município de Alandroal foi notificado através do Balcão Nacional de Injunções para proceder ao pagamento da quantia de € 3.600,00, acrescida de juros de mora de € 970,58 e de € 51,00, a título de taxa de justiça, ou, para deduzir oposição.

A dívida prende-se com a prestação de serviços de electricidade concernente às Festas da Juventude/Festa de Setembro N.º Sra. da Conceição no ano de 2011.

Para o efeito, após oposição, o processo foi distribuído para a Comarca de Évora – Instância Local de Redondo.

Em 8 de Setembro de 2015, realizou-se uma audiência prévia na Comarca de Évora – Instância Local de Redondo, e na qual não se logrou qualquer entendimento/acordo.

Neste desiderato, em 14 de Setembro de 2015, o Município de Alandroal foi notificado da sentença proferida pela Comarca de Évora – Instância Local de Redondo, a qual “absolveu da instância o Município/Réu”.

Em consequência, o processo foi remetido para o TAF de Beja para discussão e decisão final.

**12 - Processo n.º 43023/15.0YIPRT – Instância Local de Redondo - Autor: Eurico Mendes Góis – Transportes Rodoviários Mercadorias, Aluguer Retroescavadora (Processo Cível)**

Em 24 de Março de 2015, o Município de Alandroal foi notificado através do Balcão Nacional de Injunções para proceder ao pagamento da quantia de € 11.205,75, acrescida de juros de mora de € 649,63 e de € 102,00, a título de taxa de justiça, ou, para deduzir oposição.

Mais se esclarece a este propósito, que também a Junta de Freguesia de Capelins foi notificada de igual pedido.

A dívida prende-se com eventuais “trabalhos de arranjo e limpeza do caminho de Montejuntos para o Moinho da Sinza”, realizados em 2013.

Para o efeito, após oposição, o processo foi distribuído para a Comarca de Évora – Instância Local de Redondo, aguardando-se os termos processuais posteriores, sendo certo que foi designada “audiência prévia” para o próximo dia 8 de Julho de 2015.

Em 8 de Julho de 2015, realizou-se uma audiência prévia na Comarca de Évora – Instância Local de Redondo, e na qual não se logrou qualquer entendimento/acordo.

Neste desiderato, em 14 de Julho de 2015, o Município de Alandroal foi notificado da sentença proferida pela Comarca de Évora – Instância Local de Redondo, a qual “extinguiu a instância e absolveu da mesma o Município/Réu”.

Em consequência, o processo foi remetido para o TAF de Beja para discussão e decisão final.

**13 - Processo n.º 233/15.58EBJA – Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja – Execuções – Exequente: Évora – Sociedade de Construção Civil e Obras Públicas, Lda.**

Em 13 de Julho de 2015, o Município de Alandroal foi notificado através de “Execução para pagamento de quantia certa”, para proceder ao pagamento da quantia de € 47.735,89, acrescida de juros de mora vincendos, ou, para deduzir oposição.

O processo prende-se com uma eventual “realização pela Exequente de diversos trabalhos de escavação e transporte para aterro e vazadouro, de terraplanagem e compactação no loteamento municipal para a Tapada do Cochicho, no ano de 2008”.

Ainda assim, cumpre explicitar que em 14 de Abril de 2011, no âmbito do Processo n.º 58/10.4TBRDD-A – Execução Comum, o Município de Alandroal, também enquanto Executado, foi absolvido da instância, com o conseqüente arquivamento do processo, pelo então Tribunal Judicial de Redondo, sobre igual processo também intentado pela Exequente.

Mais se esclarece que foi apresentada a competente oposição junto do TAF de Beja, pois além do demais, a Exequente não está sequer registada no POCAL e na Seção Administrativa de Registo de Expediente, desconhecendo-se em absoluto qualquer factura e/ou dívida. Para o efeito, aguardam-se os termos processuais posteriores.

**14 - Processo n.º 37915/16.6YIPRT – Instância Central de Lisboa – 1.ª Seção Cível J1 – Requerente: NOS Comunicações S.A.**

Em 10 de Maio de 2016, o Município de Alandroal foi notificado através do Balcão Nacional de Injunções, para proceder ao pagamento da quantia de € 87.884,68, acrescida de juros de mora vincendos, ou, para deduzir oposição.

O processo prende-se com uma eventual “falta de pagamento da factura n.º 9500121236 relativa a um contrato de prestação de serviços para execução de infra estruturas necessárias para que fracções autónomas ficassem dotadas de estruturas de telecomunicações”.

Em consequência, foi apresentada a competente oposição junto do Balcão Nacional de Injunções, pois desconhece-se a existência da dívida.

Para o efeito, o processo foi distribuído para a Instância Central de Lisboa, aguardando-se os ulteriores termos processuais.

O município do Alandroal conjuntamente com os restantes municípios abrangidos pelo regolho da Barragem de Alqueva uma ação contra a EDIA de condenação no pagamento das rendas que vierem a ser apuradas, bem como em juros de mora que corre os seus trâmites no Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja.

## **2.28 - Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 «Fundo patrimonial», constantes do balanço.**

A conta 51 foi movimentada a crédito pela contrapartida dos bens do ativo bruto que foram regularizados registando um incremento de 3.668.332 €

A conta 57.1 registou a crédito 8.952,37 pela aplicação de resultados de 2015.

A conta 59 foi movimentada por várias operações de carácter extraordinário que regularizaram acontecimentos relativos a exercícios passados, referentes que aa amortizações, quer a diferimento de financiamentos, quer de reembolso de financiamentos decorrentes de incumprimento contratual, nomeadamente relativos à biblioteca e, finalmente foi movimentada crédito pela transferência do resultado de 205 não imputada a reservas. No total esta conta registo movimentos a débito no montante de 1.1.173.867 € e a crédito o montante de 659.801 €

## **2.29 – Custo de mercadorias e de matérias-primas**

O CMVMPC ascendeu a 159.027,44 mil euros, valor que não reflete o valor de aquisição de água em alta que se encontra erradamente registada em contas da 62.

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Mercadorias	0,00	0,00
Existências iniciais	0,00	126 294,81
Compras	0,00	232 510,07
Regularização de existências	0,00	37,97
Existências finais	0,00	199 815,41
<b>Custos no exercício</b>	<b>0,00</b>	<b>159 027,44</b>

## **2.30 – Demonstrações das variações de produção**

Não existem;

## **2.31 – Demonstração dos resultados financeiros**

Em 2014 o custo com os juros suportados ultrapassaram 1,07 milhões de euros, já que, nesse exercício se contabilizaram juros decorrentes, quer de sentenças, quer dos emitidos por varios credores.

Em 2015 o custo com juros suportados baixou para 460 mil euros, sendo apenas pagos, 394 mil euros, dos quais 225 mil relativos a empréstimos.

O montante de juros relativos a empréstimos de médio e longo prazo foi de 185.976 €€. A este valor acrescem 25.380€ de juros relativos a empréstimos de curto prazo.

Para além dos juros inerentes aos empréstimos foram ainda pagos juros comerciais, decorrentes dos pagamentos em atraso no montante de 341.041 €, a esmagadora maioria dos auqia à ALVT pela dívida de água e saneamento em alta e registados como custos de exercícius anteriores.

Em termos de custos imputados ao exercício a DRF apresenta um custo com juros reportdos a 2016 no montante de 373.459

Do lado dos proveitos encontra-se registado o rendimento de propriedade, obtido pela concessao da EDP.Os custos finaceirso ultrapassaram os respetvos proveitos em 47.654 €

### **2.32 – Demonstração de resultados extraordinários**

O montante das transferências de capital registou um custo de 28 mil euros contra 97 mil em 2015, situação que decorre diretamente das restrições impostas pelo PAM.

As correções relativas a exercícius anteriores registaram um custo de 31,7 mil euros.

Do lado dos proveitos extraordinários o montante mais relevante corresponde a redução de provisões.

O valor de 157 mil euros registado na conta 7983, corresponde à especialização parcial da conta 274.

### 3 – Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução

#### 3.1 Orçamento

Rubrica/Sub-Rubrica	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2015	Ano 2016
<b>Rubrica 01-Impostos Diretos</b>	767 852,96	761 080,97	<b>138,00%</b>	<b>95,50%</b>
Imposto Municipal sobre imoveis (IMI)	563 195,48	516 624,33	161,70%	91,30%
Imposto Único de circulação	89 624,71	86 696,01	98,50%	90,30%
Imposto Municipal sobre transmissões onerosas de imoveis (IMT)	87 394,50	124 407,96	99,60%	122,60%
DERRAMA	27 638,27	33 352,67	93,80%	101,70%

Os principais impostos (IMT obteve uma receita acima da prevista, a Derrama superou ligeiramente o valor estimado, enquanto que os outros impostos alcançaram níveis de receita abaixo das estimadas. No total esta receita ficou 31.700 euros abaixo do estimado apresentando um grau de execução de 95%, situação que contribuiu, no essencial, para o cumprimento dos objetivos definidos no PAM.

Composição	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2015	Ano 2016
09. Venda de bens de investimento	19 018,77	10 338,00	354,90%	12922,00%
10. Transferências de capital	1 249 639,22	1 217 203,26	46,00%	61,80%
11. Activos financeiros				
12. Passivos financeiros		11 425 000,00		89,00%
13. Outras receitas de capital				
15. Reposições não abatidas nos pagamentos	2 201,32	5 588,62	22013,00%	11177,00%
16. Saldo da Gerência Anterior	372 791,47	102 523,13	100,00%	100,00%
<b>Total das receitas capital</b>	<b>1 643 650,78</b>	<b>12 760 653,01</b>		

O grau de execução das transferências de capital, com uma execução de 62%, encontra-se influenciada em cerca de 22 pontos percentuais pelo facto de existirem transferências por receber no montante de 434 mil euros, a maioria dos quais relativa ao contrato programa de construção do quartel da GNR.

Tal como previsto o PAM e no próprio orçamento a receita de alienação de bens de investimento apresenta-se como não relevante. Ainda assim o montante recebido ultrapassou os 10 mil euros.

O grau de execução de 89% nos passivos financeiros resultou do facto do orçamento prever o recebimento de 3 prestações do FAM no montante global de 12,830 milhões de euros mas a sua execução ter ficado restringida apenas a uma prestação no montante de 11,425 milhões de euros.

De referir que as exigências e o nível de controlo do FAM para concretizar o recebimento das prestações (previstas com periodicidade trimestral) são bastante complexas, exigem enorme celeridade da parte do município, mas são muito morosas na sua validação. Diga-se que no período pós data de relato, o município apresentou em meados de fevereiro a justificação relativo a dezembro de 2016 e que à data de apresentação do presente relatório a mesma se encontra ainda em sede de autorização de libertação da verba. Neste sentido para além de

possíveis melhorias por parte dos serviços quanto à celeridade na apresentação periódica dos relatórios justificativos do cumprimento do PAM torna-se necessário diligenciar junto das entidades responsáveis pelo seu acompanhamento que tornem o processo mais rápido ou correremos o risco de incumpirmos nos prazos acordados com os credores.

O orçamento da receita apresenta uma execução de 88,3%. Diferentemente dos exercícios anteriores o ano de 2016 evidência a elaboração e o cumprimento de um orçamento realista, exequível e conducente à substancial redução da dívida. E como já referido a parte substancial do orçamento da receita não executado deveu-se exclusivamente a factos exógenos.

A receita de 2016 apresenta-se estabilizada relativamente a 2015 com uma redução de 9 mil euros quando comparamos o montante total e uma subida de 107 mil euros quando avaliada apenas a receita corrente.

É contudo de salientar que a receita obtida n venda de bens e serviços registou um crescimento de 15%, decisivo para o equilíbrio alcançado e cujo resultado se deve em parte a medidas de eficiência e eficácia na gestão já que o crescimento nominal das tarifas foi substancialmente inferior à taxa de crescimento da receita.

Rubrica/Sub-Rubrica	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2015	Ano 2016
<b>Rubrica 06 -Transferências correntes</b>			<b>95,80%</b>	
Sociedades quase-sociedades não financeiras	0	0		
Fundo de Equilíbrio Financeiro	4 826 281,00	4 882 806,00	100,00%	101,20%
Fundo Social Municipal	101 565,00	101 565,00	100,00%	100,00%
Participação variável no IRS	102 068,00	107 571,00	100,00%	105,40%
Transportes escolares	1 890,00		8,40%	
DGAI - Direção Geral Administração Interna	4 399,48	4 330,76	99,60%	98,00%
Instituto de Emprego	210 443,50	106 473,10	107,20%	66,50%
DREALENTEJO	76 849,16		60,80%	
Outros	16 820,72		71,20%	
Ministério da Educação Delegação de competências	386,023,53	405 514,74	105,70%	107,80%
Inalentejo	25 131,25	53 705,64	20,50%	
PRODER	7 459,08		4526,10%	
POPH	24 732,61		31,10%	
POISE202 - FSE		6 586,66	11,98%	
pocstep	12 740,81	3 665,44	38,20%	24,40%



Rubrica/Sub-Rubrica	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2015	Ano 2016
<b>Rubrica 07 - Venda de Bens e Serviços Correntes</b>	<b>849 563,07</b>	<b>979 606,70</b>	87,3	
<i>Venda de bens</i>				
Produtos alimentares e bebidas	29 589,62	38 461,11	88,5	128,2
Água	275 615,23	299 744,25	104,4	78,1
Outros				
Venda de publicações	1 383,71	2 248,70	92,1	112,4
outros	0			
<i>Serviços</i>				
outros	22 577,79		125,1	
Serviços desportivos		21 850,43		83,4
<i>Serviços específicos das autarquias</i>				
Saneamento	141 764,59	195 044,49	104,5	90,3
Resíduos sólidos	133 559,48	159 696,50	109,3	92,8
Transportes escolares	32 672,71	30 309,61	127,1	97,8
Transportes por conta de particulares				
Cemitérios	5 473,76	2 170,84	272,2	72,4
Mercados e Feiras	63	329	18,1	329
Contratos de Água	2 250,69	1 815,15	75,7	18151
Outros	180 348,93	205 903,97	92,6	101,4
outros	87,52	355,79	42,7	177,9
<i>Rendas</i>				
Habitação	1 756,83	2 235,63	100,1	124,2
Edifícios	10 268,60	10 815,60	7,6	54,1
<i>Outras</i>				
Rendas de Terrenos	12 000,61	8 625,63	98	69

## Do lado da despesa

### Despesas Correntes

Composição	Ano 2016		
	Dotação	Execução	% Execução
01. Despesas com o pessoal	3 405 005,36	3 118 237,40	91,58
02. Aquisição de bens e serviços	4 841 048,60	3 437 780,91	71,01
03. Juros e outros encargos	655 079,86	552 398,12	84,33
04. Transferências correntes	987 322,40	753 281,76	76,3
05 Subsídios	2		
06. Outras despesas correntes	189 784,10	138 284,93	72,86
<b>Total das despesas correntes</b>	<b>10 078 242,32</b>	<b>7 999 983,12</b>	<b>79,38</b>

Composição	Ano 2016		
	Dotação	Execução	% Execução
07. Aquisição de bens de capital	1 823 631,55	1 468 077,61	80,50
08. Transferências de capital	146 945,75	86 157,13	58,63
09. Activos financeiros	61 030,00	61 030,00	100,00
10. Passivos financeiros	10 508 929,80	10 491 169,84	99,83
11. Outras despesas de capital	232 919,00	232 559,74	99,85
<b>Total das despesas capital</b>	<b>12 773 456,10</b>	<b>12 338 994,32</b>	<b>438,81</b>

O peso da despesa corrente no total da despesa deduzida a despesa com passivos financeiros ultrapassa os 81,7%

Segue-se o conjunto de quadros que apresentam o detalhe da despesa.

Despesas com o Pessoal			
	2014	2015	2016
Remuneração titulares órgãos soberania	104 174,43	98 963,77	109 830,96
Remuneração pessoal dos quadros	1 683 689,41	1 647 641,38	1 571 465,60
Pessoal contratado a termo	95 335,57	10 410,72	172 069,11
Pessoal em regime de tarefa ou avença			
Pessoal aguardando aposentação	12 556,52	2 436,23	496,15
Pessoal em qualquer outra Situação			
Subsídio de refeição	176 607,20	161 758,58	176 512,04
Subsídio de Férias e Natal	343 093,15	305 992,01	316 003,25
Horas extraordinárias	107 465,15	85 925,86	47 570,66
Ajudas de custo	40 760,24	30 359,15	27 293,22
Abono para falhas	9 582,48	11 855,62	12 934,00
Subsídio de turno	11 228,25	12 547,76	11 779,29
Indemnizações por cessação de funções	18 549,12	642,72	355,77
Outros Suplementos	9 915,76	28 252,44	19 650,79
Encargos com a saúde	52 913,41	63 141,19	66 851,76
Subsídio Familiar a Crianças e Jovens	10 420,47	10 669,38	7 799,44
Assistência na doença dos funcionários públicos	81 105,67	50 977,75	30 111,28
Segurança Social dos Funcionários	285 811,99	278 732,54	254 675,97
Segurança Social Reg.Geral	316 775,63	252 216,83	289 737,70
Seguros			
<b>TOTAL</b>	<b>3 359 984,45</b>	<b>3 052 523,93</b>	<b>3 115 136,99</b>

Tendo em conta a reposição de direitos com expressão no fim dos cortes nos vencimentos e aumento do salário mínimo verificamos que as despesas com pessoal continuam a dar cumprimento às metas e condicionantes definidas no PM.

### 3.3 – Contratação Administrativa

O respetivo mapa faz parte integrante do presente documento;

### 3.4 – Transferências e subsídios

O respetivo mapa faz parte integrante do presente documento.

### 3.5 – Indicadores de Gestão

Os últimos anos têm sido marcados por uma profunda crise nacional e internacional que teve repercussões nas administrações públicas, sendo de assinalar que o Poder Local, para além do corte direto no montante da sua participação nos impostos do Estado, foi objeto de constrangimentos à despesa pelo facto de durante mais de 2 anos o processo de financiamento apoiado em fundos comunitários ter estado congelado. Mas foi seguramente a lei dos compromissos e pagamentos em atraso a que mais influenciou a política orçamental e financeira.

Tem sido no quadro atrás descrito que o município do Alandroal se viu confrontado com a sua mais grave crise e cujos traços essenciais se caracterizaram, e alguns ainda se caracterizam por:

Ter incumprido com um plano de saneamento financeiro aprovado e financiado em 2009.

Ter registado até 2013 um agravamento do seu endividamento.

Ser forçado a recorrer ao FAM para reestruturar a sua dívida.

Ficar condicionado e sob apertado controlo por um período de 20 anos durante os quais se encontra vinculado a medidas de restrição, definição de tarifas e impostos nos seus níveis mais altos.

Manutenção entre 2012 e junho de 2016 de fundos disponíveis negativos, conforme quadro resumo seguinte.

FUNDOS DISPONÍVEIS					
mai/12	dez/13	dez/15	mai/16	jun/16	dez/16
- 519 676 €	- 5 129 634 €	- 2 666 826 €	- 1 883 105 €	12 862 472 €	1 732 854 €
	(a)		(b)	(c)	(d)
(a) Valor atingido no final de 2013 após reconhecimento de toda a dívida.					
(b) Valor atingido antes da aprovação do empréstimo FAM					
(c) Valor considerando o empréstimo FAM para para amortização dos empréstimos					
(d) Valor atual					

Manutenção de um elevado valor nos pagamentos em atraso

PAGAMENTOS EM ATRASO			
dez/11	dez/13	dez/15	dez/16
4.637.417,34	5.753.531,46	774.787,42	502.145,70
	(a)		

(a) Valor atingido no final de 2013 após reconhecimento de

É neste quadro que apresentamos um largo conjunto de indicadores onde avaliamos a evolução do comportamento orçamental, económico e financeiro do município no período compreendido entre 2011 e 2016, considerando que os mesmos são fundamentais para melhor compreensão do relatório correspondente à execução do PAM e que é atualizado no último ponto do presente relatório.

RÁCIOS - DESPACHO Nº 1597/2008 (DR II Série DE 15/1/2008)		ALANDROAL 2011		ALANDROAL 2013		ALANDROAL 2016	
<b>GRAU DE COBERTURA GLOBAL DAS RECEITAS E DAS DESPESAS</b>	RECEITA TOTAL DISPONÍVEL (incluindo saldos orçamentais iniciais)	10 254 626 €	108,5%	9 764 192,61 €	101,7%	20 616 006 €	101,4%
	DESPESA TOTAL PAGA	9 452 959 €		9 599 894 €		20 338 977 €	
	RECEITA CORRENTE COBRADA	5 623 195 €	80,0%	6 943 634 €	90,2%	7 855 353 €	98,2%
	DESPESA CORRENTE PAGA	7 025 675 €		7 701 975 €		7 999 983 €	
	RECEITA DE CAPITAL COBRADA	3 628 958 €	149,5%	2 451 685 €	129,2%	12 648 991 €	102,5%
	DESPESA DE CAPITAL PAGA	2 427 284 €		1 897 919 €		12 338 994 €	
	PASSIVOS FINANCEIROS COBRADOS (RECEITA)	601 220 €	6,4%	570 000 €	5,9%	11 425 000 €	56,2%
	DESPESA TOTAL PAGA	9 452 959 €		9 599 894 €		20 338 977 €	
	RECEITAS PRÓPRIAS COBRADAS	1 807 707 €	19,1%	1 675 164 €	17,4%	2 217 122 €	10,9%
	DESPESA TOTAL PAGA	9 452 959 €		9 599 894 €		20 338 977 €	
	FUNDOS MUNICIPAIS	5 369 462 €	56,8%	5 449 506 €	56,8%	5 634 476 €	27,7%
	DESPESA TOTAL PAGA	9 452 959 €		9 599 894 €		20 338 977 €	
RECEITA CORRENTE COBRADA LOCALMENTE	1 081 741 €	11,4%	1 109 204 €	11,6%	1 341 141 €	6,6%	
DESPESA TOTAL PAGA	9 452 959 €		9 599 894 €		20 338 977 €		

RÁCIOS - DESPACHO Nº 1597/2008 (DR II Série DE 15/1/2008)		ALANDROAL 2011		ALANDROAL 2013		ALANDROAL 2016	
<b>ESTRUTURA DA RECEITA</b>	RECEITAS PRÓPRIAS	1 807 707 €	17,6%	1 675 164 €	17,8%	2 217 122 €	10,8%
	TOTAL DA RECEITA	10 254 626 €		9 398 656 €		20 513 483 €	
	RECEITA COBRADA LOCALMENTE	1 264 629 €	13,6%	1 120 720 €	11,9%	1 456 041 €	7,1%
	RECEITA TOTAL COBRADA	9 321 097 €		9 398 656 €		20 513 483 €	
	IMPOSTOS DIRETOS	543 078 €	5,8%	554 444 €	5,9%	761 081 €	3,7%
	RECEITA TOTAL	9 321 097 €		9 398 656 €		20 513 483 €	
	FUNDOS MUNICIPAIS	5 369 462 €	57,6%	5 449 506 €	58,0%	5 634 476 €	27,5%
	RECEITA TOTAL	9 321 097 €		9 398 656 €		20 513 483 €	
	PASSIVOS FINANCEIROS COBRADOS (RECEITA)	601 220 €	6,5%	570 000 €	6,1%	11 425 000 €	55,7%
	RECEITA TOTAL	9 321 097 €		9 398 656 €		20 513 483 €	
	TRF#S CORRENTES E DE CAPITAL OBTIDAS DE FUNDOS COMUNITÁRIOS	851 194 €	9,1%	793 981 €	112,4%	721 184 €	3,5%
	RECEITA TOTAL	9 321 097 €		706 344 €		20 513 483 €	
	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES E DE INVESTIMENTO	779 340 €	8,4%	691 943 €	7,4%	986 395 €	4,8%
	RECEITA TOTAL	9 321 097 €		9 398 656 €		20 513 483 €	

Os indicadores relativos a 2016 não apresentam uma normal comparabilidade com os relativos aos exercícios de 2011 e 2013 já que se encontram influenciados pelo peso excessivo de amortização da totalidade do empréstimo de saneamento e dos empréstimos de curto prazo. Contudo dos dados aqui apresentados ressalta a fraca capacidade das receitas próprias, em especial das cobradas localmente (não incluem os impostos diretos) para garantirem o pagamento da despesa total. É assim que os Fundos Municipais tendem a assumir um peso superior a 56% na cobertura da despesa paga.

Por outro lado importa assinalar que o município mantém um défice corrente, ainda que em 2016 este possa ser justificado pelo facto de parte do empréstimo FAM (receita de capital na ótica do POCA) ser canalizado para pagamento de bens e serviços correntes. Já no que se refere aos exercícios de 2011 e 2013 (exercícios em que ainda não figurava o REFALEI) a

receita corrente e insuficiente para cobrir a despesa corrente paga, não garantindo assim o equilíbrio corrente mesmo formal, isto é, não considerando a despesa corrente transitada em dívida.

RÁCIOS - DESPACHO Nº 1597/2008 (DR II Série DE 15/1/2008)		ALANDROAL 2011		ALANDROAL 2013		ALANDROAL 2016		ALANDROAL 2016 (a)	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
ESTRUTURA DA DESPESA	DESPESA DE CAPITAL	2 427 284 €	25,7%	1 897 919 €	19,8%	12 338 994 €	60,7%	2 156 494,32 €	21,2%
	DESPESA TOTAL PAGA	9 452 959 €		9 599 894 €		20 338 977 €		10 156 477,44 €	
	INVESTIMENTOS	1 357 301 €	14,4%	1 199 186 €	12,5%	1 468 078 €	7,2%	1 468 078 €	14,5%
	DESPESA TOTAL PAGA	9 452 959 €		9 599 894 €		20 338 977 €		10 156 477,44 €	
	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL (DESPESA)	119 345 €	1,3%	116 166 €	1,2%	86 157 €	0,4%	86 157 €	0,8%
	DESPESA TOTAL PAGA	9 452 959 €		9 599 894 €		20 338 977 €		10 156 477,44 €	
	DESPESAS COM PESSOAL	3 523 042 €	37,3%	3 711 584 €	38,7%	3 118 237 €	15,3%	3 118 237 €	30,7%
	DESPESA TOTAL PAGA	9 452 959 €		9 599 894 €		20 338 977 €		10 156 477,44 €	
	PESSOAL- REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	2 738 896 €	29,0%	2 843 684 €	29,6%	2 349 478 €	11,6%	2 349 478 €	23,1%
	DESPESA TOTAL PAGA	9 452 959 €		9 599 894 €		20 338 977 €		10 156 477,44 €	
	SERVIÇO DA DÍVIDA	1 373 674 €	14,5%	1 278 694 €	13,3%	11 043 568 €	54,3%	861 067,96 €	8,5%
	DESPESA TOTAL PAGA	9 452 959 €		9 599 894 €		20 338 977 €		10 156 477,44 €	
	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	903 218 €	9,6%	582 022 €	6,1%	10 491 170 €	51,6%	308 669,84 €	3,0%
DESPESA TOTAL PAGA	9 452 959 €		9 599 894 €		20 338 977 €		10 156 477,44 €		

Tendo em consideração que o peso da amortização extraordinária dos empréstimos de saneamento e de curto prazo tiveram na execução do orçamento de 2016 apresentamos os rácios da estrutura da despesa não só com os valores decorrentes da execução orçamental como os apresentamos igualmente sem a influência dos mesmos no total da despesa paga para que seja mais fácil uma comparabilidade entre exercícios.

Assim e como dados mais significativo da estrutura da despesa ressalta a redução, de carácter estrutural, em 7 e 8 pontos percentuais, das despesas com pessoal no total da despesa. Já no que se refere quer ao serviço da dívida, quer à amortização de empréstimos, quando não considerada a amortização extraordinária deveremos considerar que a diminuição do peso tem um carácter conjuntural já que nos exercícios futuros a amortização do empréstimo FAM assumirá um peso significativo na estrutura da despesa. De igual modo verifica-se que as condicionantes impostas pelo PAM impuseram uma redução significativa nas transferências.

Por fim alertamos para que o valor dos investimentos no total da despesa paga, corrigida das amortizações extraordinárias de empréstimos, reflete não só a capacidade limitada de investimento presente, como reflete igualmente a capacidade de pagar dívida a fornecedores de investimento contraída em períodos passados.

RÁCIOS - DESPACHO Nº 1597/2008 (DR II Série DE 15/1/2008)		ALANDROAL 2011		ALANDROAL 2013		ALANDROAL 2016	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%
RELAÇÃO DOS FUNDOS MUNICIPAIS COM AS PRINCIPAIS RUBRICAS DA DESPESA CORRENTE	PESSOAL	3 523 042 €	106,2%	3 711 584 €	84,1%	3 118 237 €	61,2%
	FUNDOS MUNICIPAIS CORRENTES	3 316 861 €		4 415 723 €		5 091 942 €	
	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	2 496 207 €	75,3%	2 802 773 €	63,5%	3 437 781 €	67,5%
	FUNDOS MUNICIPAIS CORRENTES	3 316 861 €		4 415 723 €		5 091 942 €	
RELAÇÃO DAS RECEITAS COBRADAS LOCALMENTE COM AS PRINCIPAIS RUBRICAS DA DESPESA CORRENTE	PESSOAL	3 523 042 €	194,9%	3 711 584 €	331,2%	3 118 237 €	214,2%
	RECEITA COBRADA LOCALMENTE	1 807 707 €		1 120 720 €		1 456 041 €	
	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	2 496 207 €	138,1%	2 802 773 €	250,1%	3 437 781 €	236,1%
	RECEITA COBRADA LOCALMENTE	1 807 707 €		1 120 720 €		1 456 041 €	

No quadro acima temos presente que a aquisição de bens e serviços se encontra fortemente influenciada pelo facto de nos exercícios de 2011 e 2013 os compromissos daí decorrentes transitarem para uma dívida crescente, enquanto no exercício de 2016 no nível da despesa paga se refletir a situação inversa, traduzida na trajetória descendente da dívida com bens e serviços traduzindo-se esta num acréscimo da despesa paga no exercício. Esta situação que já se verificou em 2015, teve uma maior expressão em 2016, ainda que parcial já que parte significativa da prestação recebida do empréstimo FAM foi canalizada para despesas de capital.

Já no que se refere ao peso das despesas com pessoal nos fundos municipais correntes verificamos que apresenta um rácio bastante mais sustentável em 2016 do que o ocorrido em 2011. Esta evolução deve-se a dois fatores. Por um lado a redução direta do numerador em virtude da efetiva redução das despesas com pessoal. Já no que se refere o numerador a comparabilidade não pode ocorrer de modo direto pois os valores de 2011 e 2013 e os valores de 2016 resultam da aplicação de duas leis de finanças locais que reafetaram de modo diferente o PIE atribuindo nesta última um maior peso às transferências correntes.

	RÁCIOS - DESPACHO Nº 1597/2008 (DR II Série DE 15/1/2008)		ALANDROAL 2011		ALANDROAL 2013		ALANDROAL 2016	
GRAU DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO	FUNDOS MUNICIPAIS DE CAPITAL		2 052 600 €		1 100 074 €	83,6%	542 534 €	29,4%
	INVESTIMENTO EXECUTADO (PPI)		1 524 066 €	134,7%	1 315 896 €		1 847 824 €	
	FUNDOS MUNICIPAIS DE CAPITAL		2 052 600 €		1 100 074 €	91,7%	542 534 €	37,0%
	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		1 394 869 €	147,2%	1 199 186 €		1 468 078 €	
	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO		113 943 €		8 178 €	0,6%	6 545 €	0,4%
	INVESTIMENTO EXECUTADO (PPI)		1 524 066 €	7,5%	1 315 896 €		1 847 824 €	
	TRFºS DE CAPITAL OBTIDAS DE FUNDOS COMUNITÁRIOS		851 194 €	55,9%	706 344 €	53,7%	657 226 €	35,6%
	INVESTIMENTO EXECUTADO (PPI)		1 524 066 €		1 315 896 €		1 847 824 €	
	PASSIVOS FINANCEIROS DE MLP COBRADOS (RECEITA)		- €	0,0%	- €	0,0%	11 425 000 €	618,3%
	INVESTIMENTO EXECUTADO (PPI)		1 524 066 €		1 315 896 €		1 847 824 €	

O quadro reflete a substancial redução do FEF de capital ocorrida entre 2011 e 2013, evidenciando que o mesmo passou a ter um peso cada vez mais reduzido no financiamento do investimento. Em complemento com a análise ao grau de cobertura da despesa corrente pela receita corrente verifica-se aqui que o fundo municipal de capital foi alocado em diretamente numa parte substancial do seu montante para pagar despesas correntes em 2011.

	RÁCIOS - DESPACHO Nº 1597/2008 (DR II Série DE 15/1/2008)		ALANDROAL 2011		ALANDROAL 2013		ALANDROAL 2016	
GRAU DE COBERTURA DA DESPESA	RECEITA CORRENTE COBRADA		5 623 195 €	91,0%	6 943 634 €	105,4%	7 855 353 €	117,3%
	DESpesas DE FUNCIONAMENTO		6 180 312 €		6 589 699 €		6 694 303 €	
	RECEITA DE CAPITAL COBRADA		3 628 958 €	70,6%	2 451 685 €	204,4%	12 648 991 €	861,6%
	DESpesas DE INVESTIMENTO		5 141 311 €		1 199 186 €		1 468 078 €	
GRAU DE ENDIVIDAMENTO	DIVIDAS A FORN. CREDORES E EMPREITEIROS A 31-12 (CURTO PRAZO)		6 159 800 €	659,8%	8 126 462 €	2223,2%	3 641 399 €	882,2%
	SALDO FINAL DA GERENCIA		933 528 €		365 536 €		412 785 €	
	SERVIÇO DA DIVIDA		1 373 674 €	14,7%	1 278 694 €	13,6%	11 043 568 €	53,8%
	RECEITA TOTAL		9 321 097 €		9 398 656 €		20 513 483 €	

O quadro acima reflete a melhoria, embora insuficiente, para garantir a cobertura das despesas de funcionamento pelas receitas correntes, sendo de assinalar que no anos de 2011 este rácio era inferior a 1, situação que ajuda a compreender a responsabilidade pelo incumprimento do plano de saneamento aprovado em 2009 e a evolução do desequilíbrio que conduziu à obrigação legal de recurso ao FAM.

De igual modo estes indicadores evidenciam a incapacidade do município para solver no muito curto prazo a dívida de curto prazo registada no final de cada ano, sendo de referir que entre 2013 e 2011 a capacidade de cobrir essa dívida pesas disponibilidades existentes passou de apenas 4% pra um nível de 11% evidenciando que para além da imposição legal o município estaria sempre sujeito a um processo de saneamento financeiro de longo prazo na media em que este indicador torna clara a insustentabilidade da situação sem recurso a um plano de saneamento financeiro.

Por fim verificamos que o serviço da dívida assume um peso relevante na afetação das receitas totais e que este após a conclusão do processo de consolidação resultante da aplicação integral do FAM tenderá a manter-se em níveis muito elevados condicionando por muito longo prazo as opções municipais.

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - ALANDROAL							
ANO	NATUREZA	RECEITAS			DESPESA		
		PREVISTAS	COBRADAS	TAXA DE EXECUÇÃO	PREVISTAS	PAGAS	TAXA DE EXECUÇÃO
2011	SALDO INICIAL	933 528 €	933 528 €	100,0%			
	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	1 €	68 945 €	6894458%			
	CORRENTES	10 828 136 €	5 623 195 €	51,9%	11 898 763,66 €	7 025 674,63 €	59%
	CAPITAL	12 617 559 €	3 628 958 €	28,8%	12 480 459,95 €	2 427 284,41 €	19%
	<b>TOTAL</b>	<b>24 379 224 €</b>	<b>10 254 626 €</b>	<b>42,1%</b>	<b>24 379 223,61 €</b>	<b>9 452 959,04 €</b>	<b>39%</b>
2013	SALDO INICIAL	365 536 €	365 536 €	100,0%			
	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	1 €	3 338 €	333765%			
	CORRENTES	12 634 906 €	6 943 634 €	55,0%	12 996 912,96 €	7 701 975,49 €	59%
	CAPITAL	9 064 048 €	2 451 685 €	27,0%	9 067 578,64 €	1 897 918,58 €	21%
	<b>TOTAL</b>	<b>22 064 492 €</b>	<b>9 764 193 €</b>	<b>44,3%</b>	<b>22 064 491,60 €</b>	<b>9 452 959,04 €</b>	<b>43%</b>
2016	SALDO INICIAL	102 523 €	102 523 €	100,0%			
	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	5 €	5 589 €	111772%			
	CORRENTES	8 422 249 €	7 855 353 €	93,3%	10 078 242,32 €	7 999 983,12 €	79%
	CAPITAL	14 801 973 €	12 652 541 €	85,5%	12 773 456,10 €	12 338 994,32 €	97%
	<b>TOTAL</b>	<b>23 326 750 €</b>	<b>20 616 006 €</b>	<b>88,4%</b>	<b>22 851 698,42 €</b>	<b>20 338 977,44 €</b>	<b>89%</b>

A situação de desequilíbrio atingida pelo município refletia-se no muito baixo grau de execução dos orçamentos registada nos anos de 2011 e 2013, com valores sempre inferiores a 50%, já que os orçamentos eram elaborados com a integração de níveis de receita, inexecutável, visando com elas garantir a cobertura quer de compromissos assumidos no passado, quer de compromissos a assumir em cada exercício. Esta situação foi alterada através da do PAM que permitiu consolidar a dívida de curto prazo, passando a ser aprovados orçamentos realistas passando a garantir níveis de execução próximos dos 90%.

**COMPROMISSOS ASSUMIDOS E NÃO FATURADOS**

DESCRIÇÃO	2011	2013	2016
1- COMPROMISSOS ASSUMIDOS NO ANO	16 303 600 €	18 098 348 €	21 900 612 €
2- DESPESAS TOTAIS PAGAS	9 452 959 €	9 599 894 €	20 338 977 €
3- OUTRAS DIVIDAS A TERCEIROS DE CURTO PRAZO	6 159 800 €	8 126 462 €	3 641 399 €
DIFERENÇA = [1-(2+3)]	690 841 €	371 992 €	-2 079 765 €

DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO		
	2011	2013	2016
1- DESPESAS COM PESSOAL	3 523 042 €	3 711 584 €	3 118 237 €
2- ENCARGOS RELATIVOS À DIVIDA FINANCEIRA (AMORT + JUROS)	1 373 674 €	1 278 694 €	11 043 568 €
3- OUTRAS DIVIDAS A TERCEIROS DO ANO ANTERIOR	1 314 970 €	2 367 570 €	2 092 751 €
4- OUTROS COMPROMISSOS JÁ ASSUMIDOS PARA O EXERCÍCIO (COMP EXERCÍCIOS FUTUROS)	6 850 641 €	8 498 454 €	1 561 634 €
5- TOTAL = (1+2+3+4)	13 062 327 €	15 856 301 €	17 816 191 €
6 - DISPONIBILIDADES ORÇAMENTAIS ( saldos orçamentais iniciais + receitas cobradas)	10 254 626 €	9 764 193 €	20 616 006 €
7 - DIFERENÇA =( 6-5)	- 2 807 701 €	- 6 092 108 €	2 799 816 €
8 - PORCENTAGEM DA RECEITA NÃO VINCULADA = (7/6*100)	-27,4%	-62,4%	13,6%

(a) A dívida a terceiros de curto prazo inclui toda a dívida orçamental com pagamento máximo a 12 meses, exceto a resultante de empréstimos a pagar em 2017. Em condições normais toda esta dívida deveria estar refletida em compromissos assumidos, conta 027# do classificador económico do POCAL. Contudo fruto dos acordos de pagamento estabelecidos no âmbito do FAM a dívida não financeira a pagar em exercícios futuros, por força das normas estabelecidas na Lei dos compromissos e pagamentos em atraso, bem como do FAM, transitou, excepcionalmente da conta 027 do classificador económico para as contas 04# e 05#. Assim justifica-se que a diferença deste quadro seja negativa já que a informação "Outras dívidas a terceiros de curto prazo" inclui a totalidade da dívida a pagar em 2017, quer aquela que transita em condições normais, e por isso classificada na conta económica 027, quer que resulta dos referidos acordos e que se encontra classificada nas conts 04 e 05. Mais, por força desses mesmos acordos o balanço inclui no médio e longo prazo dívida não financeira no montante de 1.778.214 €, também ela incluída nas contas 04# e 05 do classificador económico e que será paga pelos desembolsos do empréstimo FAM a libertar nos anos de 2018 e 2019.

(b) Do valor de 1.561.634 € inscritos em outros compromissos já assumidos para o exercício estão incluídos 1.252.405 € de compromissos assumidos mas ainda não faturados, pelo que a dívida efetivamente refletida nesses compromissos é de 309.229 €, conferindo assim a informação do quadro anterior e que para melhor compreensão se desdobra no quadro seguinte:

**COMPROMISSOS ASSUMIDOS E NÃO FATURADOS**

	2011	2013	2016
1- COMPROMISSOS ASSUMIDOS NO ANO			21 900 612 €
2- DESPESAS TOTAIS PAGAS			20 338 977 €
3- OUTRAS DIVIDAS A TERCEIROS DE CURTO PRAZO DO EXERCÍCIO			309 229 €
4 - OUTRAS DÍVIDAS A TERC. DE C.P. INCLUIDAS NOS ACORDOS DE PAGAMENTO			3 332 170 €
DIFERENÇA = [1-(2+3)]			1 252 405 €
DIFERENÇA = [1-(2+3+4)]			-2 079 765 €

O quadro acima mede o grau de desequilíbrio atingido pelo município que, no final de 2013 apresentava uma situação de clara rutura na medida em que a afetação das disponibilidades (receita arrecadada acrescida do saldo orçamental transitado) ao pagamento de vencimentos, serviço da dívida e pagamento de faturas transitada de exercícios anteriores consumiu por si só 75% dos recursos. E quando estas responsabilidades se somaram os novos compromissos assumidos no exercício verificamos que não existiam recursos para garantir a cobertura 38% das responsabilidades assumidas.

Já no final de 2016 constata-se que o nível de estabilidade tende a ser atingido com recursos libertadas no exercício correspondentes a 13,6% do sue total. Mas, ainda assim, torna-se assim imprescindível garantir as condições para poder receber as prestações subsequentes do FAM que permitam consolidar a dívida contida no plano, pois, conforme referido, parte



desta foi transferida reprogramada para o médio e longo prazo, mas terá ser paga com a libertação do empréstimo FAM.

ANO	NATUREZA	SALDO ORÇAMENTAL INICIAL/RECEITA A COBRADA	DESPESAS PAGAS	EQUILIBRIO CORRENTE (execução orçamental)		OUTRAS DIVIDAS A TERCEIROS DE CURTO PRAZO (a)	EQUILIBRIO ORÇAMENTAL SUBSTANCIAL	
				VALOR ABSOLUTO	VALOR RELATIVO		EXECUÇÃO AUTÓNOMA DO ANO b)	EXECUÇÃO GLOBAL DO ANO
1	2	3	4	5=3-4	6=3/4*100	7	8= 3/(4+(7N-7N-1))*100	9=[3/(4+7)]*100
2011	Saldo orçamental inicial	933 528 €						
	Reposições não abatidas aos pagamentos	68 945 €						
	Correntes	5 623 195 €	7 025 675 €	-1 402 480,0 €	80,0%	4 803 501 €		47,5%
	Capital	3 628 958 €	2 427 284 €	1 201 673,8 €	149,5%	1 356 299 €		
	<b>TOTAL</b>	<b>10 254 626 €</b>	<b>9 452 959 €</b>	<b>801 666,7 €</b>	<b>108,5%</b>	<b>6 159 800 €</b>		<b>65,7%</b>
2013	Saldo orçamental inicial	365 536 €						
	Reposições não abatidas aos pagamentos	3 338 €						
	Correntes	6 943 634 €	7 701 975 €	-758 341,6 €	90,2%	6 011 757 €		50,6%
	Capital	2 451 685 €	1 897 919 €	553 766,1 €	129,2%	2 114 705 €		
	<b>TOTAL</b>	<b>9 764 193 €</b>	<b>9 599 894 €</b>	<b>164 298,5 €</b>	<b>101,7%</b>	<b>8 126 462 €</b>		<b>55,1%</b>
2016	Saldo orçamental inicial	102 523 €						
	Reposições não abatidas aos pagamentos	5 589 €						
	Correntes	7 855 353 €	7 999 983 €	-144 630,1 €	98,2%	3 480 306 €		68,4%
	Capital	12 652 541 €	12 338 994 €	313 546,9 €	102,5%	161 094 €		
	<b>TOTAL</b>	<b>20 616 006 €</b>	<b>20 338 977 €</b>	<b>277 028,6 €</b>	<b>101,4%</b>	<b>3 641 399 €</b>		<b>86,0%</b>

Analisamos agora situação de equilíbrio, ou melhor do desequilíbrio efetivo ou substancial verificado bem como se tem processado a sua evolução.

Os indicadores constantes no quadro evidenciam, de modo direto, que em todos os exercícios existe, desde logo, um desequilíbrio corrente formal, já que as despesas correntes pagas superam sempre as respetivas receitas correntes, situação que já analisamos em ponto anterior. Porém quando a este valor acrescentamos o valor da dívida de curto prazo obtemos indicadores que nos apresentam em termos substanciais o desequilíbrio efetivo. É assim que verificamos que as receitas correntes efetivas, registadas em 2011 e 2013 se limitavam a cobrir termos efetivos apenas 50% dos gastos correntes e em termos globais a situação degradou-se para um nível em que a receita total cobria apenas 55% da despesa assumida. Em resultado do grau de desequilíbrio atingido e avaliando agora os indicadores registados no final de 2016 constata-se que o processo de recuperação contido no PAM inverteu o quadro anterior mas que ainda não atingiu o ponto de equilíbrio global, sendo para tal fundamental receber as prestações subsequentes do empréstimo FAM para que possa ser consolidada a totalidade da dívida de curto prazo. Já n que se refere ao equilíbrio corrente (receita corrente – despesa corrente) o mesmo só será alcançável a partir de 2020 já que nos exercícios subsequentes (2017 a 2019) serão canalizados 5,155 milhões de euros do empréstimo FAM para pagar dívida corrente, grande parte da qual ao sistema de águas de Lisboa e vale do Tejo.

E atendendo ao novo conceito de equilíbrio corrente constante do FALEI constatamos que mesmo após 2019 o município terá enormes dificuldades em garantir o equilíbrio corrente na medida em que a amortização média dos seus empréstimos se situa em 1,038 milhões de euros conforme quadro seguinte:

Capital em dívida	Anos em falta	Amortização Média
577 063 €	12	48 089 €
892 746 €	12	74 396 €
60 724 €	9	6 747 €
364 743 €	11	33 158 €
95 722 €	13	7 363 €
251 843 €	12	20 987 €
25 501 €	7	3 643 €
178 458 €	12	14 871 €
16 579 276 €	20	828 964 €
Total		1 038 218 €

De salientar que a amortização média dos empréstimos conjuntamente com os gastos com pessoal ocorridos em 2016 representam 54% da receita corrente do exercício.

Quanto à análise dos indicadores económicos o quadro que se segue apresenta o estado da situação nos exercícios de 2011, 2013 e 2016-

INDICADORES		ALANDROAL 2011	ALANDROAL 2013	ALANDROAL 2016	
SUSTENTABILIDADE A MÉDIO E LONGO PRAZO	FUNDO PATRIMONIAL	15 575 272 €	11 214 512 €	14 404 650 €	
	PASSIVO	19 848 654 €	21 778 748 €	19 190 227 €	
			78,5%	51,5%	75,1%
	ATIVO LIQUIDO	42 631 188 €	41 383 301 €	43 565 134 €	
	PASSIVO	19 848 654 €	21 778 748 €	19 190 227 €	
			214,8%	190,0%	227,0%
SUSTENTABILIDADE A MÉDIO E LONGO PRAZO	ATIVO LIQUIDO TOTAL-BENS DO DOMINIO PUBLICO LIQUIDOS	30 482 195 €	32 086 722 €	36 649 318 €	
	PASSIVO	19 848 654 €	21 778 748 €	19 190 227 €	
		153,6%	147,3%	191,0%	
SUSTENTABILIDADE A MÉDIO E LONGO PRAZO	FUNDO PATRIMONIAL	15 575 272 €	11 214 512 €	14 404 650 €	
	ATIVO LIQUIDO	42 631 188 €	41 383 301 €	43 565 134 €	
		36,5%	27,1%	33,1%	
RÁCIOS DE LIQUIDEZ	ATIVO CIRCULANTE	2 247 787 €	1 117 138 €	1 625 999 €	
	PASSIVO CIRCULANTE	7 302 949 €	9 313 802 €	4 240 254 €	
			30,8%	12,0%	38,3%
	ATIVO CIRCULANTE- EXISTÊNCIAS	2 247 787 €	963 003 €	1 426 184 €	
	PASSIVO CIRCULANTE	7 302 949 €	9 313 802 €	4 240 254 €	
			30,8%	10,3%	33,6%
RÁCIOS DE LIQUIDEZ	ATIVO CIRCULANTE- EXISTÊNCIAS- CRÉDITOS DE CURTO PRAZO	1 035 904 €	357 924 €	412 785 €	
	PASSIVO CIRCULANTE	7 302 949 €	9 313 802 €	4 240 254 €	
		14,2%	3,8%	9,7%	
EQUILIBRIO DE CURTO PRAZO	ATIVO CIRCULANTE	2 247 787 €	1 117 138 €	1 625 999 €	
	PASSIVO CIRCULANTE	7 302 949 €	9 313 802 €	4 240 254 €	
			30,8%	12,0%	38,3%
	ATIVO CIRCULANTE- EXISTÊNCIAS	2 247 787 €	963 003 €	1 426 184 €	
	PASSIVO CIRCULANTE	7 302 949 €	9 313 802 €	4 240 254 €	
			30,8%	10,3%	33,6%
EQUILIBRIO DE CURTO PRAZO	DISPONIBILIDADES	1 035 904 €	357 924 €	412 785 €	
	PASSIVO CIRCULANTE	7 302 949 €	9 313 802 €	4 240 254 €	
		14,2%	3,8%	9,7%	

O quadro de sustentabilidade de médio e longo prazo apresenta-se ainda longe do equilíbrio, na medida em que este indicador deverá atingir valores superiores a 100%. Contudo é de assinalar que em apenas 3 anos este indicador subiu mais de 12 pontos aliviando a forte pressão dos credores sobre o município. Neste sentido é de referir que apesar da situação ser difícil o nível de confiança junto dos credores e das instituições melhorou consideravelmente. A debilidade da situação, bem como a sua evolução pode ser medida pelos rácios de liquidez, sendo de referir que este indicador, quando excluídas as existências passou de 10% para 33,6% entre 2013 e 2016. O mesmo aconteceu quando avaliamos a liquidez em sentido restrito passando o indicador de menos de 4% para níveis próximos dos 10%.

Em qualquer dos casos, embora a situação tenha melhorado e se reflita nos níveis de confiança alcançados certo é que os seus valores são bastante baixos.

INDICADORES		ALANDROAL 2011	ALANDROAL 2013	ALANDROAL 2016
PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTO	CLIENTES CC+C/LETRAS+LETRAS DESCONTADAS E NÃO VENCIDAS	322 280 €	39 388 €	538 729 €
	VENDAS ANUAIS C/IVA	728 545 €	594 096 €	1 460 041 €
		161	24	135
PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO	FORNECEDORES CC+C /LETRAS	3 400 499 €	5 111 099 €	4 249 494 €
	COMPRAS ANUAIS COM IVA	2 681 233 €	4 204 053 €	2 130 921 €
		463	444	728
	DIVIDA A TERCEIROS EM 31/12(excepto OT+empréstimos+leasing+gar e caucões em dinheiro)	6 159 800 €	8 268 450 €	4 249 494 €
	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS/TRFºS E SUBSÍDIOS NO ANO	3 085 714 €	4 049 341 €	1 971 893 €
	729	745	787	
	DIVIDA A FORNECEDORES DE IMOBILIZADO EM 31/12	1 993 205 €	2 070 636 €	324 449 €
	AQUISIÇÃO DE IMOBILIZADO NO ANO	2 348 635 €	745 826 €	739 055 €
		310	1013	160

A evolução nos prazos médios, em especial dos relativos a pagamentos tem igualmente evoluído em sentido positivo, mas continua longe da normalidade.

INDICADORES		ALANDROAL 2011	ALANDROAL 2013	ALANDROAL 2016
IMOBILIZADO	CAPITAIS PERMANENTES	35 328 239 €	31 960 222 €	38 611 533 €
	IMOBILIZADO LIQUIDO	40 429 941 €	40 132 538 €	41 711 522 €
		87,4%	79,6%	92,6%
	FUNDO PATRIMONIAL	15 575 272 €	11 214 512 €	14 404 650 €
	IMOBILIZADO LIQUIDO	40 429 941 €	40 132 538 €	41 711 522 €
		38,5%	27,9%	34,5%
	CAPITAIS ALHEIOS DE MLP	12 845 555 €	12 401 356 €	14 613 240 €
	IMOBILIZADO LIQUIDO	40 429 941 €	40 132 538 €	41 711 522 €
		31,8%	30,9%	35,0%
	CAPITAIS ALHEIOS DE CURTO PRAZO	7 302 949 €	21 824 434 €	4 147 517 €
	IMOBILIZADO LIQUIDO	40 429 941 €	40 132 538 €	41 711 522 €
		18,1%	54,4%	9,9%
	IMOBILIZADO LIQUIDO	40 429 941 €	40 132 538 €	41 711 522 €
	ATIVO LIQUIDO	42 631 188 €	41 383 301 €	43 565 134 €
	94,8%	97,0%	95,7%	
	IMOBILIZADO DO DOMINIO PUBLICO LIQUIDO	12 148 993 €	9 296 579 €	6 915 817 €
	ATIVO LIQUIDO	42 631 188 €	41 383 301 €	43 565 134 €
		28,5%	22,5%	15,9%
ENDIVIDAMENTO	PASSIVO	19 848 654 €	21 778 748 €	19 190 227 €
	ATIVO LIQUIDO	42 631 188 €	41 383 301 €	43 565 134 €
		46,6%	52,6%	44,0%
	DIVIDAS DE MLP	12 845 555 €	12 401 356 €	14 613 240 €
	PASSIVO	19 848 654 €	21 778 748 €	19 190 227 €
		64,7%	56,9%	76,1%
	DIVIDAS FINANCEIRAS DE MLP	12 845 555 €	12 401 356 €	12 835 026 €
	PASSIVO	19 848 654 €	21 778 748 €	19 190 227 €
	64,7%	56,9%	66,9%	
	DIVIDAS DE CURTO PRAZO	7 302 949 €	9 313 802 €	4 147 517 €
	PASSIVO	19 848 654 €	21 778 748 €	19 190 227 €
		36,8%	42,8%	21,6%

Finalmente o quadro acima evidencia o excessivo peso dos capitais alheios quer no ativo líquido, quer no imobilizado líquido e que se traduz no peso do passivo no total do ativo.

Em síntese as dívidas de curto prazo, embora tenha assinalado uma notável evolução a reduzirem o seu peso no passivo de 42,7% em 2013 para 21,2% em 2016, representam ainda um fator de enorme constrangimento que será tratado no processo de consolidação em curso. Com uma trajetória diferente verifica-se que a dívida de MLP tende a assumir um maior peso no total do passivo refletindo igualmente os efeitos do processo de saneamento materializado através do empréstimo FAM-

Segue-se uma análise do endividamento e da sua evolução no quadro de monitorização do Plano de Ajustamento Municipal.

#### 4 – Monitorização do Plano de Ajustamento Atualizada

De acordo com as normas aprovadas no âmbito do PAM os órgãos do município procedem à monitorização trimestral do PAM procedendo ao seu reporte à Comissão do FAM.

Por outro lado nos termos do nº 4 do artigo 29º da Lei 53/2014, de 25 de agosto (Aprova o regime jurídico da recuperação financeira municipal regulamentando o Fundo de Apoio Municipal) os municípios que adiram ao FAM estão obrigados a incluir no relatório de gestão um anexo relativo à execução do PAM, do qual consta especial fundamentação em caso de apuramento de desvios.

Por sua vez o nº 5 do mesmo artigo determina que o relatório de gestão é enviado ao FAM, no prazo de 15 dias, a contar da data da sua aprovação.

Atendendo a que na Assembleia Municipal de fevereiro foi presente o relatório de monitorização relativo a dezembro de 2016, tendo o mesmo posteriormente sido objeto de certificação pelo revisor oficial e aprovado pelos órgãos do FAM, procede-se agora à sua atualização face a pequeníssimas correções ocorridas no processo de elaboração da conta, incluindo-se neste ponto do relatório um resumo atualizado do referido reporte de fevereiro passado

#### Medidas contidas no PAM

De otimização da receita:

1. Participação variável no **IRS** \_ taxa máxima \_ aprovada pela Assembleia Municipal na sua sessão de 30 /09/ 2016;
2. **Derrama** \_ Aplicada a taxa máxima
3. **IMI**: Aplicadas as taxas máximas incluindo a majoração que incidiu sobre os prédios devolutos.
5. Benefícios fiscais e isenções de taxas cuja concessão seja competência do município \_ não existem; Relativamente aos impostos diretos o grau de execução ultrapassou em 1,4% o valor previsto no PAM. Conforme discriminado no quadro seguinte:

	Previsão PAM	Realzado 2016	Desvio Valor	Desvio %
IMI	562 800 €	516 624 €	- 46 176 €	-8,2%
IUC	95 200 €	86 696 €	- 8 504 €	-8,9%
IMTI	59 920 €	124 408 €	64 488 €	107,6%
Derrama	32 800 €	33 353 €	553 €	1,7%
	750 720 €	761 081 €	10 361 €	1,4%

6. Fixação dos preços nos setores de água, saneamento e resíduos \_ deliberação fundamentada da câmara sobre a recomendação da ERSAR sobre o tarifário para

2017 \_ deliberação de 18/01/2017. (tomada apenas nesta data dado o parecer da ERSAR ter sido emitido apenas em 16/12/2016;

	Previsão PAM	Realizado 2016	Desvio Valor	Desvio %
Água	467 460 €	506713,43	39 253 €	8,4%
Saneamento	190 000 €	195044,49	5 044 €	2,7%
Resíduos	152 000 €	159696,5	7 697 €	5,1%
	809 460 €	861 454 €	51 994 €	6,4%

7. A venda de bens e serviços prevista em 1.083.600 € situou-se em 979.607 €, correspondendo a 90,4% do objetivo. O desvio para menos 104 mil euros deve-se na sua quase totalidade à variação das liquidações por cobrar que cresceram 63 mil euros.
8. Medidas conducentes ao processo de controlo e cobrança de taxas e preços.
- a. Para além de diversas medidas tomadas a montante o município instaurou 1305 processos de execução fiscal. No conjunto das medidas tomadas o valor cobrado coercivamente ascendeu a 22.mil euros. encontrando-se por liquidar 224 processos, no valor de 5 mil €.
9. O valor arrecadado em taxas e impostos indiretos totalizou 14.592 €, valor que coincide com o projetado no PAM e que se cifrava em 14.590 €.

	Previsão PAM	Realizado 2016	Desvio Valor	Desvio %
Impostos indiretos	1 410 €	770 €	- 640 €	-45,4%
Taxas	13 180 €	13 823 €	643 €	4,9%
	14 590 €	14 592 €	2 €	0,0%

10. Atualização da tabela de taxas \_ por despacho da presidente foi aberto procedimento de atualização geral da tabela de taxas, tendo por objetivo a sua plena conformidade com as alterações legislativas entretanto publicadas;
11. Redução da dívida a terceiros

	Previsão PAM	Realizado 2016	Desvio Valor	Desvio %
Dívida a terceiros	19 759 654 €	18 714 756 €	- 1 044 898 €	-5,3%

12. Procedimentos de recrutamento de pessoal:

	Outros	Educação	Prest. Serv.	Total
Saldo inicial 01-01-2016	147	38	12	197
Entradas	1	28	5	34
Saídas	1	14	3	18
Total 31-12-2016	147	52	14	213

13. A despesa paga total e o valor da dívida com a aquisição de serviços ficou condicionada face ao previsto pelo facto de se ter recebido apenas uma prestação do empréstimo FAM. Se ao valor em dívida a fornecedores c/ c/ deduzirmos 1,64

milhões de euros previstos no PAM como receita do empréstimo FAM a receber em 2016 e que não se concretizou no montante e o diferencial entre EANP constamos que a este nível o excesso de execução face ao previsto constitui a causa para o desvio negativo.

		Novas Aquisições	Pagamento Novas Aquisições	Pagamento Dívidas Anos Anteriores	EANP a 31-12-16
Aquisição de Bens e Serviços	Presisão do PAM	2 434 394 €	2 190 955 €	2 033 421 €	2 379 844 €
	Executado	2 828 685 €	2 478 610 €	959 171 €	4 239 493 €
		394 291 €	287 656 €	- 1 074 251 €	1 859 649 €
		16,2%	13,1%	-52,8%	78,1%

14. O total dos compromissos em investimento (despesa paga mais compromissos transitados para 2017) totalizaram o valor de 1,721 milhões de euros (1,468 M€ despesa paga mais 253 mil euros de compromissos transitados) contra um valor de 1,983 milhões de euros previstos no PAM (1,377 milhões € despesa paga e 606 mil euros de compromissos transitados), verificando-se que existiu uma poupança de 7,57%

		Novas Aquisições	Pagamento Novas Aquisições	Pagamento Dívidas Anos Anteriores	EANP a 31-12-16
Investimento	Presisão do PAM	1 049 776 €	944 798 €	431 921 €	606 181 €
	Executado	778 127 €	617 013 €	851 064 €	258 949 €
		- 271 649 €	- 327 785 €	419 144 €	- 347 232 €
		-25,9%	-34,7%	97,0%	-57,3%

15. Contrariamente à aquisição de serviços a despesas em bens de capital ficou aquém do previsto no PAM, situação que gerou uma poupança próxima dos 100 mil euros.
16. As restantes medidas previstas no PAM entre as alíneas f) e k) do nº 2 da cláusula 2ª do contrato programa de ajustamento municipal não apresentaram igualmente desvios relativamente aos objetivos previstos, mas não se encontram ainda quantificadas, o que deverá acontecer no anexo ao relatório da conta de gerência.
17. Pelo seu significado em termos de montante a dívida ao grupo Águas de Lisboa e Vale do Tejo atinge 3.186.187 €, representando 62,3% da dívida total não financeira do município.
18. Os quadros seguintes sintetizam de forma objetiva os níveis de cumprimento e ultrapassagem dos objetivos definidos e aprovados no FAM.

Município Alandroal	Metas PAM	Atingidos 31-12-2016	Superou	Não atingiu
Receita corrente	7 603 302 €	7 855 353,04 €	252 051 €	
Receita capital	1 268 534 €	1 227 541,26 €		- 40 993 €
Outras receitas		108 111,75 €	108 112 €	
Soma	8 871 836 €	9 191 006,05 €	319 170 €	
Financiamento FAM	12 860 000 €	11 425 000,00 €		- 1 435 000 €
<b>Total Receita</b>	<b>21 731 836 €</b>	<b>20 616 006,05 €</b>		<b>- 1 115 830 €</b>

A receita efetiva, sem inclusão do saldo orçamental superou em 2,4% o objetivo definido no PAM para 2016;

Município Alandroal	Metas PAM	Atingidos 31-12-2016	Superou	Não atingiu
Despesa Corrente	9 457 994 €	7 999 983,12 €	1 458 010,89 €	
Despesa Capital	12 239 349 €	12 338 994,32 €		- 99 645,26 €
<b>Total da Despesa</b>	<b>21 697 343 €</b>	<b>20 338 977,44 €</b>	<b>1 358 365,63 €</b>	<b>- €</b>

Os desvios na despesa paga ficaram a dever-se, conforme já referido, ao desvio no montante recebido do empréstimo de assistência financeira, e, conforme também já referido, o total da despesa paga conjuntamente com os compromissos que transitam, evidenciam que a despesa efetiva ficou abaixo do valor programado, o que permitiu reduzir a dívida para além do valor estimado

Município Alandroal	Metas PAM	Atingidos 31-12-	Superou	Não atingiu
Dívida				
C.P Fornecedores	4 113 617 €	4 489 582,42 €		- 375 965,57 €
Estado	512 166 €	607 007,28 €		- 94 841,28 €
Ouros Credores	421 320 €	320 041,67 €	101 278,33 €	
Empréstimos MLP	14 712 551 €	13 298 124,25 €	1 414 426,78 €	
<b>Total Dívida</b>	<b>19 759 654 €</b>	<b>18 714 756 €</b>	<b>1 044 898 €</b>	<b>17 669 857 €</b>
FAM	305 147,60 €	305 147,60 €		
	<b>19 454 506 €</b>	<b>18 409 608 €</b>		

De acordo com as metas definidas no PAM o valor total da dívida prevista para o final de 2016 cifrava-se em 19.759.654 €, dos quais 305.148 € da subscrição de capital do FAM e cujo montante não releva para efeitos de cálculo do limite nos termos do artigo 52º do RFALEI. A dívida com todos os documentos entrados até 31-01-17, totaliza 18.714.756 €, ultrapassando assim o objetivo em 5,4%

Município Alandroal	Metas PAM	Atingidos 31-12-2016	Superou	Não atingiu
Serviço da Dívida	11 406 734 €	11 043 567,96 €	363 166,12 €	
Despesa Efetiva	11 154 500 €	9 786 777,60 €	1 367 722,41 €	
Saldo Primário	- 1 362 553 €	- 43 373,43 €	- 1 319 179,57 €	
Passivos Financeiros	10 543 343 €	10 491 169,84 €	52 173,22 €	
Financiamento FAM	12 830 000 €	11 425 000,00 €	1 405 000,00 €	
Despesa Efetiva Corrigida	- 1 675 500 €	- 1 638 222,40 €	- 37 277,59 €	
Juros	920 111 €	552 398,12 €	367 712,89 €	
Saldo	- 2 595 611 €	- 2 190 620,52 €	- 404 990,48 €	
Receita Efetiva	8 871 836 €	9 191 006,05 €	319 170 €	
Saldo Global	10 547 336 €	10 829 228,45 €	281 892 €	
Saldo Primário / Serviço da Dívida	-11,9%	-0,4%	11,5 p.p.	
Serviço da Dívida / Despesas Totais	52,6%	54,3%	1,7%	
Dívida não Bancária / Dívida Total	25,5%	28,6%		(-3,0 p.p)
Dívida não Bancária / Receita Total	52,5%	57,9%		(-5,5 p.p)
Despesa com Pessoal / Despesa Total	14,9%	15,3%		(-0,4 p.p)
Despesa Bens e Serviços Correntes Capital / Desp. Total	76,8%	24,1%	52,7 p.p.	
Deps. Transferê Correntes e Capital / Desp. Total	3,8%	4,1%		(-0,3 p.p)
Média da receita corrente (n-3)+(n-2)+(n-1)	7 433 470 €	7 433 469,97 €		
Dívida Total / Média da RC (01-01-2016)	275,44%	275,4%		
Média da receita corrente (n-3)+(n-2)+(n-1)	7 653 359 €	7 735 936,84 €		
Dívida Total / Média da RC (01-01-2017)	254,2%	236,8%	17,4 p.p.	

O principal objetivo do PAM consiste num processo de redução da dívida até que esta se situe em níveis inferiores ao limite máximo definido no artigo 52º do RFALEI, sem prejuízo de durante o período do PAM, continuar o processo de redução da dívida para níveis substancialmente mais reduzidos, conforme as metas aprovadas no PAM. E, relativamente ao 1º ano de vigência do PAM o objetivo traçado fixava esse valor em 254,2%. Efetuado o apuramento da dívida reconhecida a 31-12-2016, foi apurado um valor de 236,8%, sendo assim superado o objetivo em 17,4 pontos percentuais.

Segue-se a lista de dívidas a terceiros



COD. CONTA	DESIGNAÇÃO	Inicial	Set	Dez
22.1.1.0	<b>FORNECEDORES GERAIS, C/C</b>	<b>5 661 535,63 €</b>	<b>5 483 026,60 €</b>	<b>4 101 367,03 €</b>
22.1.1.3	CTT- CORREIOS DE PORTUGAL SA-USP	4 514,56 €	- €	1 109,04 €
22.1.1.4	PAVIA,PAVIMENTOS E VIAS,SA	543 727,48 €	543 727,48 €	543 727,48 €
22.1.1.9	SULCATE PEÇAS	275,30 €	5 927,02 €	- €
22.1.1.16	JOSE MOREIRA SALVADOR	2 902,80 €	- €	- €
22.1.1.19	SERAFIM JOSÉ GRILO	1 644,52 €	- €	- €
22.1.1.24	ARLIMOZ-COMERCIO DE EQUIPAMENT	498,03 €	- €	- €
22.1.1.26	BARBOT - INDUSTRIA DE TINTAS SA (I	232,69 €	- €	- €
22.1.1.41	SOPOVICO-SOC. PORT. DE VIAS DE COMUNICAÇÃO SA		60 187,41 €	- €
22.1.1.45	ANTÓNIO DA SILVA COSTA - ELECTRIC	82,43 €	544,91 €	- €
22.1.1.47	EDP DISTRIBUIÇÃO SA	1 262,14 €	350,87 €	11 386,36 €
22.1.1.54	SNACK-BAR O MERCADO DE MARIA ANTÓNIA MOREIRA		154,00 €	- €
22.1.1.56	MARIA GRACIETE PASSOS NEVES	310,30 €	310,30 €	- €
22.1.1.64	MEO - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E	554,38 €	567,03 €	- €
22.1.1.69	SONHO DESPORTIVO ALANDRO-TELM	51,63 €	- €	- €
22.1.1.102	RODOVIARIA DO ALENTEJO, S.A	1 177,65 €	- €	- €
22.1.1.108	CARLOS MANUEL AFONSO GOMES		418,20 €	- €
22.1.1.122	SOCIEDADE PORTUGUESA DE AUTORES	1 422,00 €	- €	1 818,45 €
22.1.1.127	J.A.RAMOS, LDA	3 895,98 €	- €	319,19 €
22.1.1.134	MANUEL ROSA GUIZO VARANDAS	548,15 €	- €	- €
22.1.1.151	IMPRESA MUNICIPALISTA - CESAR C.	1 015,37 €	- €	- €
22.1.1.155	BORBACONTA	90,46 €	- €	- €
22.1.1.158	RESOPRE,S.A.	28 866,64 €	22 268,78 €	5 140,36 €
22.1.1.160	TUBO DIESEL	3 646,95 €	2 890,50 €	- €
22.1.1.171	MEDIDATA.NET,S.A.	54 855,28 €	49 432,00 €	19 914,17 €
22.1.1.176	HILÁRIO ANTÓNIO ALMEIDA HERDS, LDA		355,17 €	- €
22.1.1.177	GRAFINAL ARTES GRÁFICAS, LDA	958,47 €	- €	- €
22.1.1.219	CERTIKIN PORTUGAL, SA	1 030,65 €	- €	- €
22.1.1.226	NEWFRESH	776,18 €	- €	- €
22.1.1.249	TOYOTA - EVORAMOTORES	1 268,52 €	- €	- €
22.1.1.269	AGROCINCO CONSTRUÇÕES S.A	26 798,74 €	- €	- €
22.1.1.271	CABENA -CABINAS DE BENAVENTE, L	6 940,86 €	5 155,61 €	1 809,45 €
22.1.1.279	LANDROAL RESIDENCIAL, LDA	147,98 €	- €	- €
22.1.1.284	FRANCISCO LUIS GEADAS MORGADO-	437,70 €	- €	- €
22.1.1.293	IBERA - INDUSTRIAS DE BETÃO, S.A	3 950,76 €	- €	- €
22.1.1.301	RÁDIO CAMPANÁRIO - VOZ DE VILA V	859,50 €	- €	- €
22.1.1.308	A VOZ DO POVO- COOPERATIVA DE C	360,00 €	- €	- €
22.1.1.334	LEALTECNICA - OFICINA TÉCNICA MÁ	36,18 €	- €	- €
22.1.1.348	REDECOR	787,20 €	- €	- €
22.1.1.423	FABRICA DE FOGOS DE ARTIFICIO DO	498,01 €	498,01 €	- €
22.1.1.431	DELTA CAFÉS- MANUEL RUI AZINHAI NABEIRO, L.DA		303,58 €	100,34 €
22.1.1.440	A COMERCIAL DO ALENTEJO, L.DA	5 789,72 €	- €	- €

  
  


COD. CONTA	DESIGNAÇÃO	Inicial	Set	Dez
22.1.1.450	RUI AUGUSTO CARDOSO MARQUES	2 074,61 €	286,84 €	- €
22.1.1.476	FIDELIDADE MUNDIAL SEGUROS	165,22 €	195,97 €	29,16 €
22.1.1.525	ELSA MARIA PASSINHAS FIGUEIREDO	914,83 €	698,58 €	527,93 €
22.1.1.552	RTS, PREFABRICADOS DE BETÃO, LDA	985,04 €	- €	- €
22.1.1.640	CONSTRUÇÕES METALICAS JC, L.DA	156,28 €	- €	- €
22.1.1.659	ANTONIO JOAO ROSADO GALHARDAS		625,56 €	- €
22.1.1.662	SOCIEDADE DE PERFUMARIAS, SOL E I	74,82 €	- €	- €
22.1.1.753	SO CARIMBOS,FABRICAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE C		270,38 €	- €
22.1.1.1338	VIA VERDE PORTUGAL - GESTÃO DE SISTEMAS ELECTRO		83,40 €	- €
22.1.1.1365	INFOR ATLANDIDA - INFORMATICA E	510,36 €	- €	- €
22.1.1.1427	EUROED MAQUINAS E FERRAMENTAS	541,02 €	- €	- €
22.1.1.1562	CASA DO POVO DE SANTIAGO MAIOR	64 245,82 €	57 225,27 €	14 440,46 €
22.1.1.1614	CVF - CONSTRUTORA VILA FRANCA,L	3 885,02 €	3 885,02 €	- €
22.1.1.1684	M.IGLIASIAS L.DA FABRICO E MONTAG	333,58 €	- €	- €
22.1.1.1687	MOTOREX	5 712,62 €	- €	- €
22.1.1.1718	GESAMB - GESTAO AMBIENTAL E DE F	88 117,66 €	66 668,19 €	51 460,16 €
22.1.1.1751	ALANDROFFICE -COMERCIO DE EQUIP	1 160,13 €	- €	- €
22.1.1.1775	ALENSIM-EDIÇÕES E PUBLICIDADE	1 725,50 €	- €	- €
22.1.1.1821	MARIA DO CÉU ROSETTE ALCAIDE F. V	2 310,00 €	- €	- €
22.1.1.2336	ÁGUAS DO CENTRO ALENTEJO, S.A	3 708 985,77 €	3 708 985,77 €	2 900 748,08 €
22.1.1.2391	TIPOGRAFIA BRADOS DO ALENTEJO		319,80 €	- €
22.1.1.2430	RUI MANUEL DA SILVA CAEIRO		289,00 €	- €
22.1.1.2464	ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICIPI	750,00 €	500,00 €	- €
22.1.1.2767	ANIBRINDE-COM.IND.DE BRINDES PUI	2 011,49 €	- €	- €
22.1.1.2769	SENPAPOR	40 343,30 €	22 947,35 €	9 178,91 €
22.1.1.2920	TRACTOMOZ - TRACT.M.A.ESTREMOS,	1 423,17 €	984,51 €	- €
22.1.1.2929	ALGARVIO & MARTINS, LDª	145,14 €	- €	- €
22.1.1.3085	ASSOCIAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA DO	17 300,00 €	12 200,06 €	10 200,00 €
22.1.1.3136	ASSOCIAÇÃO BANDEIRA AZUL DA EU	50,00 €	- €	- €
22.1.1.3145	THYSSENKRUPP ELEVADORES	10 034,45 €	3 073,43 €	- €
22.1.1.3214	PIÇARRA DISTRIBUIÇÃO DE JORNAIS,	6 100,50 €	4 436,76 €	3 882,18 €
22.1.1.3244	ERBEL, LDª	132,51 €	33,37 €	- €
22.1.1.3252	MOTO PALMA LDA	222,09 €	222,09 €	- €
22.1.1.3316	BURMAN- CONSUMIVEIS MANUTENÇÃ	426,34 €	4 922,92 €	- €
22.1.1.3371	JOÃO JOAQUIM PASSADINHAS GINJA		75,20 €	- €
22.1.1.3426	LUCIDUS - PUBLICAÇÕES LDA	875,39 €	- €	- €
22.1.1.3428	LIVROS QUETZAL SOCIEDADE EDITOR	18,85 €	- €	- €
22.1.1.3477	INTERMARCHE EVORA		- €	- €
22.1.1.3574	Edp - Serviço Universal	84 838,54 €	82 421,33 €	66 373,86 €
22.1.1.3576	J.V. SOCIEDADE DE REPRESENTAÇÕES	14 093,90 €	10 089,72 €	- €
22.1.1.3600	NOS LUSOMUNDO AUDIOVISUAIS, SA	814,26 €	- €	- €
22.1.1.3611	ISQ - INSTITUTO DE SOLDADURA E QUALIDADE		1 291,50 €	- €

  
  
  
  
  


COD. CONTA	DESIGNAÇÃO	Inicial	Set	Dez
22.1.1.3634	SIQ - SOCIEDADE DE INDÚSTRIAS QUÍM	7 221,90 €	5 252,25 €	4 595,70 €
22.1.1.3700	F. MENDES - UNIPESSOAL, LDA	2 080,82 €	- €	- €
22.1.1.3723	PETROLEOS DE PORTUGAL - PETROGA	8 800,27 €	873,97 €	- €
22.1.1.3820	ANCORA PRATEADA COMERCIO DE PE	286,33 €	214,73 €	- €
22.1.1.3824	ODIN WORKWEAR, SA		2 512,05 €	- €
22.1.1.3852	ADSE	23 092,68 €	17 319,54 €	15 395,16 €
22.1.1.3888	CEVALOR - C. TECNOLÓGICO PARA AF	10 476,90 €	4 190,76 €	2 095,38 €
22.1.1.3990	DATAJURIS - DIREITO E INFORMÁTICA	189,35 €	189,35 €	- €
22.1.1.4013	RUI MANUEL SANDE ROSA	255,47 €	- €	- €
22.1.1.4108	AQUINO CONSTRUÇÕES S.A.	8 041,29 €	8 041,29 €	8 041,29 €
22.1.1.4114	VERSTEEG - CENTRO MEDICO DE OPTI	925,00 €	925,00 €	- €
22.1.1.4298	PAULO - FÁBRICA DE BALANÇAS LDA	619,30 €	- €	- €
22.1.1.4359	SAPHETY	2 460,00 €	- €	- €
22.1.1.4595	THYSSENKRUPP ACESSIBILIDADES	2 047,87 €	- €	- €
22.1.1.4680	JOÃO ALBERTO MATEUS - TUBOS, CH	919,56 €	- €	- €
22.1.1.4696	ARH-ADMINISTRAÇÃO DA REGIÃO HIE	3,41 €	- €	- €
22.1.1.4730	PROFOR	2 015,47 €	- €	- €
22.1.1.4766	A. FONSECA RIBEIRO, LDA CONSULTA	24 233,08 €	18 174,82 €	16 155,40 €
22.1.1.4773	COLIBRI, SOCIEDADE DE ARTES GRAF	5 369,80 €	536,98 €	- €
22.1.1.4783	FINANFARMA, SOCIEDADE DE FACTOI	45 286,66 €	22 545,89 €	- €
22.1.1.4794	CIMAC - COMUNIDADE INTERMUNICIF	262 721,39 €	211 777,00 €	133 800,65 €
22.1.1.4819	REMSA - ALUGUER DE MÁQUINAS - SC	3 305,65 €	- €	- €
22.1.1.4820	GEOGRAFIA DOS SONS-UNIPESSOAL L	2 152,50 €	- €	- €
22.1.1.4821	RETIROS MISTICOS LDA	5 524,74 €	4 017,96 €	3 515,70 €
22.1.1.4827	DHV, S.A.	22 816,50 €	17 112,39 €	15 211,02 €
22.1.1.4842	POPULAR FACTORING	34 361,17 €	- €	- €
22.1.1.4863	GRENKE, RENTING S.A.	2 628,72 €	2 628,72 €	2 628,72 €
22.1.1.4868	JOSÉ ANTÓNIO COELHO RAPOSO	4 848,79 €	2 552,08 €	1 786,51 €
22.1.1.4985	DANIEL RAMALHO PADILHA	287,82 €	- €	- €
22.1.1.5018	PANIFICADORA CARDOSO DE LUCRECIA DE ASSUNÇÃO		9,52 €	- €
22.1.1.5027	LPQ- LABORATORIO PRO-QUALIDADE	3 208,85 €	- €	- €
22.1.1.5042	Novabit, Informatica Unipessoal, Lda		514,83 €	- €
22.1.1.5073	CHARON - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS I	1 889,28 €	- €	- €
22.1.1.5077	PROJECT4YOU, CONSULTORIA E PROJÉ	523,46 €	- €	- €
22.1.1.5110	CLITECNICA -UNIPESSOAL, LDA	1 832,70 €	- €	- €
22.1.1.5114	TORNIMOS TORNEARIAS DE ESTREMO	467,40 €	- €	- €
22.1.1.5130	RODOLIXO - GESTÃO DE RESÍDUOS	1 000,00 €	- €	- €
22.1.1.5214	TOMAS RODRIGUES & FILHA LDA	880,00 €	- €	- €
22.1.1.5236	MARVISA MARMORES ALENTEJANOS,	2 949,03 €	1 046,12 €	- €
22.1.1.5274	IRMARFER TENDAS E PALCOS	43 410,82 €	- €	- €
22.1.1.5297	JOÃO FRANCISCO PEGACHA CARREIR	1 625,00 €	- €	- €
22.1.1.5305	BIG PICTURE 2 FILMS, SA		715,86 €	- €

  


COD. CONTA	DESIGNAÇÃO	Inicial	Set	Dez
22.1.1.5315	N F ARQUITECTO UNIPessoal LDA	1 393,05 €	1 393,05 €	1 393,05 €
22.1.1.5335	CASUR - CONSTRUÇÕES S.A.	2 993,12 €	1 496,60 €	831,48 €
22.1.1.5357	ELEVATRANS	2 485,56 €	- €	- €
22.1.1.5375	JOAQUIM JOSÉ LOBO CANADAS	768,56 €	- €	- €
22.1.1.5402	MANUSYSTEMS- MANUTENÇÃO , LDA		1 472,06 €	- €
22.1.1.5423	GARANTIA - SOCIEDADE DE FISCALIZ.	778,98 €	- €	- €
22.1.1.5578	ELEUTERIO DOS SANTOS RICARDO GE	654,36 €	- €	- €
22.1.1.5596	JOAQUIM JOSE BALHICO DA ROSA	3 220,75 €	- €	- €
22.1.1.5813	JOPRODUTOS - JOSÉ MANUEL OLIVEIR	4 570,78 €	1 630,52 €	- €
22.1.1.5864	SPL , LDA	4 373,11 €	- €	- €
22.1.1.5867	EDP COMERCIAL-COMERCIALIZAÇÃO	5 389,62 €	1 577,37 €	4 401,05 €
22.1.1.5914	EDIÇÕES PEDAGO, LDA	1 000,00 €	- €	- €
22.1.1.5921	SIMOPEÇAS, PEÇAS COMPONENTES PA	1 580,24 €	- €	- €
22.1.1.6001	SOBENIVEL ENERGIAS UNIPessoal, LDA		5 166,00 €	- €
22.1.1.6002	GASPAR JOAQUIM MAGARREIRO	5 535,00 €	4 000,00 €	- €
22.1.1.6084	EVORACOR	8 089,95 €	- €	- €
22.1.1.6110	TALHO VARANDAS UNIPessoal LDA	1 574,33 €	858,50 €	- €
22.1.1.6204	PAULO MANUEL BRANDÃO DA SILVA	221,40 €	- €	- €
22.1.1.6232	MANEIRAS & RAINHO CONSTRUÇÃO, I	590,40 €	- €	- €
22.1.1.6250	FLORENCIO AUGUSTO CHAGAS, S.A.	5 252,70 €	- €	- €
22.1.1.6255	GLASSDRIVE, ESPECIALISAS EM VIDRO	325,95 €	- €	- €
22.1.1.6271	RUI JORGE LOPES MATALOTO	500,00 €	500,00 €	- €
22.1.1.6284	ORCOPOM, SA	1 000,00 €	- €	- €
22.1.1.6286	RUI MANUEL HONRADO PINTO	3 483,86 €	- €	- €
22.1.1.6318	REINALDO MADEIRA - EQUIPAMENTO	1 763,18 €	708,48 €	- €
22.1.1.6323	TRAÇO ISOLADO - CONSTRUÇÕES UNI	763,83 €	- €	- €
22.1.1.6334	BIOSTASIA, PROJETOS E SERVIÇOS DE	1 709,20 €	349,80 €	- €
22.1.1.6350	VALENTIM RAMALHO R.PADREL DE O	22 207,90 €	5 094,30 €	- €
22.1.1.6373	AÇOREANA SEGUROS,SA	712,61 €	492,06 €	- €
22.1.1.6380	CREIXOAUTO - COMBUSTIVEIS E LUBE	17 295,62 €	- €	- €
22.1.1.6414	CERTOMA COMERCIO TÉCNICO DE MÁ	30,78 €	- €	- €
22.1.1.6461	MENDES & IRMÃOS, S.A.	2 660,18 €	- €	- €
22.1.1.6462	FLOW SYSTEMS	1 329,63 €	- €	- €
22.1.1.6463	MARIA VICENCIA VENTURA DE MATO	507,00 €	- €	- €
22.1.1.6468	RUI HONRADO PINTO, UNIPessoal, LI	4 428,51 €	- €	- €
22.1.1.6473	AGUAS DE LISBOA E VALE DO TEJO - C	245 961,71 €	447 229,56 €	243 178,22 €
22.1.1.6482	MARIA JANEIRO, UNIPessoal, LDA	351,17 €	- €	- €
22.1.1.6515	SEGURA & GONÇALVES - EQUIPAMEN	550,06 €	550,06 €	- €
22.1.1.6516	A3L - LABORATÓRIO DE METROLOGIA	1 030,13 €	- €	- €
22.1.1.6571	GASPE - COMBUSTIVEIS, LDA.		11 699,89 €	6 172,12 €
22.1.1.6637	J. C. SALVADOR - INTALAÇÕES ESPECIAIS, LDA		1 214,32 €	- €
22.1.1.6646	FATIMA DA CONCEIÇÃO FRANCO BROA CAREIRA		620,03 €	- €

  
  
  


COD. CONTA	DESIGNAÇÃO	Inicial	Set	Dez
22.8.6298	VULCANIZADORA CALIPOLENSE, LDA	650,03 €	- €	- €
22.8.6334	BIOSTASIA, PROJETOS E SERVIÇOS DE	349,80 €	- €	- €
22.8.6473	AGUAS DE LISBOA E VALE DO TEJO - (	41 064,98 €	- €	30 437,38 €
22.8.6630	CERTIGY - CERTIFICAÇÃO ENERGETICA, LDA		- €	28 892,70 €
22.8.6673	ASSOCIAÇÃO CORPO NA ARTE - COMUNIDADE DE ARTIS		- €	60,00 €
22.8.6675	RECLAMOS NASCIMENTO, LDA		- €	747,84 €
<b>23.1.0</b>	<b>Empréstimos</b>	<b>12 364 294,09 €</b>	<b>12 132 400,05 €</b>	<b>13 298 124,25 €</b>
23.1.1.1.1.1.6.CP	CGI CP 9015007928592 CGD 2014	400 000,00 €	400 000,00 €	- €
23.1.1.1.1.1.7.CP	BES CP 001614000015961 BES 2014	170 000,00 €	170 000,00 €	- €
23.1.2.1.1.1.1.E	00120EMP N° 0012000993991 - CGD	586 996,56 €	586 996,56 €	433 803,56 €
23.1.2.1.1.1.2.E	90150EMP N° 9015003388491 - CGD	46 023,46 €	46 023,46 €	38 532,17 €
23.1.2.1.1.1.3.E	91400EMP N° 9140013635491 - CGD	293 389,55 €	293 389,55 €	257 225,26 €
23.1.2.1.1.1.4.E	90150EMP N° 9015005108491 - CGD	79 908,83 €	79 908,83 €	71 926,88 €
23.1.2.1.1.1.5.E	90150EMP N° 9015001890870019 - CGD	216 988,00 €	216 988,00 €	216 988,00 €
23.1.2.1.1.1.6.E	90150EMP N° 9015004565391 - CGD	18 121,46 €	18 121,46 €	12 818,52 €
23.1.2.1.1.1.7.E	17390EMP N° 1739612830007 - BPI	481 230,92 €	481 230,92 €	433 624,24 €
23.1.2.1.1.1.8.E	17390EMP N° 1739612830071 - BPI - SANEAMEN	9 612 500,00 €	9 612 500,00 €	- €
23.1.2.1.1.2.1.E	90150EMP N° 9015004439891 - CGD	139 914,49 €	136 173,62 €	100 762,62 €
23.1.2.1.1.2.3.E	90150EMP N° 9015004000791 - CGD	15 779,74 €	15 779,74 €	13 835,00 €
23.1.2.1.5.1.1.E	90150EMPRESTIMO N° 9015004000791	1 916,00 €	954,45 €	1 929,00 €
23.1.2.1.5.1.2.E	90150EMPRESTIMO N° 9015/004439891	35 131,00 €	- €	35 411,00 €
23.1.2.1.5.2.1.E	00120EMPRESTIMO N° 0012000993991	152 837,00 €	38 035,25 €	152 961,00 €
23.1.2.1.5.2.2.E	90150EMPRESTIMO N° 9015003388491	7 406,00 €	1 852,70 €	7 478,00 €
23.1.2.1.5.2.3.E	91400EMPRESTIMO N° 914003635491	35 925,00 €	17 999,37 €	36 080,00 €
23.1.2.1.5.2.4.E	90150EMPRESTIMO N° 9015004565391	4 232,00 €	3,37 €	4 244,00 €
23.1.2.1.5.2.5.E	90150EMPRESTIMO N° 9015/05108491	7 925,00 €	1 950,62 €	7 936,00 €
23.1.2.1.5.2.6.E	17390EMPRESTIMO N° 1739612830007 BPI	48 069,08 €	11 992,15 €	47 569,00 €
23.1.2.1.5.2.7.E	ESAN EMPRESTIMO SANEAMENTO BPI	10 000,00 €	2 500,00 €	- €
23.1.2.1.5.2.8.E	FAM EMPRESTIMO FAM		- €	169 490,00 €
23.1.2.3.4.E	FAM EMPRESTIMO FUNDO DE APOIO MUNICIPAL		- €	11 255 510,00 €
<b>26.1.1.0</b>	<b>Fornecedores de imobilizado, c/c</b>	<b>693 997,93 €</b>	<b>458 068,49 €</b>	<b>258 928,91 €</b>
26.1.1.57	MESSIAS E IRMÃOS, LDA	2 669,10 €	- €	- €
26.1.1.96	PROCALE-GABINETE DE ESTUDOS	1 000,00 €	- €	- €
26.1.1.127	J.A.RAMOS, LDA	1 269,05 €	- €	- €
26.1.1.158	RESOPRE,S.A.	22 737,38 €	18 936,55 €	13 642,43 €
26.1.1.171	MEDIDATA.NET,S.A.	12 023,25 €	8 416,32 €	7 213,95 €
26.1.1.269	AGROCINCO CONSTRUÇÕES S.A	77 767,96 €	- €	- €
26.1.1.271	CABENA -CABINAS DE BENAVENTE, L	1 013,66 €	506,87 €	337,89 €
26.1.1.1606	PINTO & BENTES	13 745,00 €	13 745,00 €	- €
26.1.1.1614	CVF - CONSTRUTORA VILA FRANCA,L	21 931,62 €	21 931,62 €	- €
26.1.1.1646	CONSTRUÇÕES MONSARAZ SOCI.CONSI	2 024,40 €	- €	- €
26.1.1.1684	M.IGLESIAS L.DA FABRICO E MONTAG	4 896,15 €	- €	- €

*a*  
*J*

*0*

*P*  
*Alleg*  
*M*

COD. CONTA	DESIGNAÇÃO	Inicial	Set	Dez
26.1.1.2470	BERNER, S.A.		859,77 €	- €
26.1.1.3880	PROLÓGICA - SISTEMAS INFORMÁTICOS S.A.		18 000,00 €	- €
26.1.1.2769	SENPAPOR	23 909,37 €	- €	- €
26.1.1.3922	RUI CARTAXO	2 181,50 €	2 181,50 €	- €
26.1.1.3955	JOSÉ MANUEL DA CRUZ PARREIRA & I	1 184,23 €	- €	- €
26.1.1.3976	WEBAVANT - CONSULTORIA E SOLUÇÕES INFORMÁTIC		246,00 €	- €
26.1.1.4003	LENA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES,	4 920,00 €	- €	- €
26.1.1.4108	AQUINO CONSTRUÇÕES S.A.	84 914,73 €	41 588,23 €	27 145,77 €
26.1.1.4110	PROENGEL - PROJECTOS DE ENGENHA	25 876,11 €	- €	- €
26.1.1.4790	SENPA - SEDIN PAVIMENTOS Y ABASTE	116 925,04 €	87 693,76 €	77 950,00 €
26.1.1.4794	CIMAC - COMUNIDADE INTERMUNICIÍ	3 759,52 €	5 244,48 €	6 778,03 €
26.1.1.4815	DIMENSION DATA PORTUGAL		267,82 €	- €
26.1.1.4827	DHV, S.A.	44 163,15 €	33 122,40 €	29 442,15 €
26.1.1.4933	VISUALFORMA, S.A.	2 913,25 €	- €	- €
26.1.1.4946	AIRES MATEUS - ARQUITECTOS, LDA.	26 290,00 €	19 717,48 €	17 526,64 €
26.1.1.5088	PAPELARIA LIVRARIA BORBENSE, LDª	1 506,61 €	- €	- €
26.1.1.5234	FERNANDO L. GASPAR SINALIZAÇÃO	716,02 €	- €	- €
26.1.1.5334	CONSTRUÇÕES ALTO DE SANTIAGO U	6 213,44 €	17 945,61 €	- €
26.1.1.5335	CASUR - CONSTRUÇÕES S.A.	57 127,66 €	28 342,42 €	15 991,90 €
26.1.1.5336	OZW-SOCIEDADE DE ESTUDOS E PROJ.	59 778,00 €	44 833,50 €	39 852,00 €
26.1.1.5874	CONSTROPE - CONGEVIA, ENGENHARI	26 587,08 €	35 273,24 €	- €
26.1.1.5996	JERFI PROJECTOS E CONSULTORIA LD.	26 563,86 €	19 319,13 €	16 904,30 €
26.1.1.6107	CARLOS GIL - OBRAS PUBLICAS, CONS	10 850,77 €	- €	- €
26.1.1.6115	REGI7	2 119,91 €	2 119,91 €	- €
26.1.1.6216	SPORTS PARTNER, DISTRIBUIÇÃO E FA	500,00 €	- €	- €
26.1.1.6356	DECITREL INOVAÇÃO - TECNOLOGIAS PARA A EDUCAÇ		8 826,89 €	- €
26.1.1.6357	RR PLANNING, LDA		6 150,00 €	- €
26.1.1.6422	CONSTRUÇÕES PRAGOSA, SA		702,11 €	- €
26.1.1.6462	FLOW SYSTEMS	3 920,11 €	1 043,04 €	- €
26.1.1.6545	Mtd Engenharia, Lda		18 695,70 €	- €
26.1.1.6611	CELPUR - TÉCNICA AMBIENTAL, LDA		- €	6 143,85 €
26.1.1.6636	Nuno Santos Cardoso - Metal Unipessoal,lda		2 359,14 €	- €
<b>26.1.4.0.Fact Mont</b>	<b>FACTORING MONTEPIO GERAL</b>	<b>47 463,15 €</b>	<b>47 463,15 €</b>	<b>- €</b>
26.1.4.0.5031 Fac Mo	EMPREGALDE - ENGENHARIA E CONS	47 463,15 €	47 463,15 €	- €
<b>26.2.8.0</b>	<b>Outras operações com os membros dos</b>	<b>1 455,39 €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>
26.2.8.134	MANUEL ROSA GUIZO VARANDAS	58,01 €	- €	- €
26.2.8.1874	LAURA DE JESUS RAMALHO GOMES	72,41 €	- €	- €
26.2.8.2001	JOSE ANTONIO BARATA PADRE ETERN	58,01 €	- €	- €
26.2.8.2003	JOSÉ VITORINO COELHO RASTEIRO	65,93 €	- €	- €
26.2.8.2008	MANUEL JOSE VELADAS RAMALHO	65,93 €	- €	- €
26.2.8.2262	PAULO JORGE RAMALHO CARRAÇA	86,81 €	- €	- €
26.2.8.2935	MANUEL JOAQUIM CLARE	58,01 €	- €	- €

  
  
  
  


COD. CONTA	DESIGNAÇÃO	Inicial	Set	Dez
26.2.8.3494	SUSETE DA PIEDADE GOMES BASILIO	65,93 €	- €	- €
26.2.8.4689	ANTONIA ROSA CEBOLA RAMALHO TI	75,29 €	- €	- €
26.2.8.4776	ANA MARIA RIBEIRO FONTES COELHO	58,01 €	- €	- €
26.2.8.5197	CÉLIO JOSE MOREIRA NOBRE	88,35 €	- €	- €
26.2.8.6049	MANUEL LUIS VALENTIM PEREIRA	65,93 €	- €	- €
26.2.8.6050	PAULO JORGE DA SILVA GONÇALVES	73,85 €	- €	- €
26.2.8.6052	DOMINGOS FRANCISCO S. MATUTO	58,01 €	- €	- €
26.2.8.6053	MARIA DO CEU DOS SANTOS GUIMAR.	72,51 €	- €	- €
26.2.8.6058	TOME JOAQUIM FALE LARANJINHO	65,21 €	- €	- €
26.2.8.6149	JOSE NARCISO MARAT MENDES	233,89 €	- €	- €
26.2.8.6158	JOSE AUGUSTO ROMA PEREIRA	58,01 €	- €	- €
26.2.8.6531	MARIA HELENA CONCHINHA PÍFARO	75,29 €	- €	- €
<b>26.8.1.2.3.6.0</b>	<b>FREGUESIAS</b>	<b>112 053,66 €</b>	<b>76 401,30 €</b>	<b>62 138,22 €</b>
26.8.1.2.3.6.492	FREGUESIA DE SANTIAGO MAIOR	7 980,00 €	1 484,97 €	- €
26.8.1.2.3.6.493	JUNTA DE FREGUESIA DE JUROMENHA	7 422,16 €	7 422,16 €	7 422,16 €
26.8.1.2.3.6.1928	JUNTA DE FREGUESIA DE TERENA (S.P	20 402,86 €	9 601,13 €	6 000,94 €
26.8.1.2.3.6.6256	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ALANDROAL	76 248,64 €	57 893,04 €	48 715,12 €
<b>26.8.1.2.6.1.</b>	<b>FAM</b>	<b>366 177,60 €</b>	<b>335 662,60 €</b>	<b>305 147,60 €</b>
26.8.1.2.6.1.FAM	FUNDO DE APOIO MUNICIPAL	366 177,60 €	335 662,60 €	305 147,60 €
<b>26.8.1.2.9.0</b>	<b>OUTROS</b>	<b>45 126,11 €</b>	<b>52 054,31 €</b>	<b>37 377,07 €</b>
26.8.1.2.9.87	ASSOCIAÇÃO HUMANITARIA DOS BOMBEIROS VOLUNT		8 400,00 €	- €
26.8.1.2.9.700	MARIA CLARA CALEÇO FONTAINHAS CABAÇO		35,00 €	- €
26.8.1.2.9.1439	CENTRO CULTURAL DE ALANDROAL	1 370,00 €	805,00 €	- €
26.8.1.2.9.2639	BOANOVA DA CONCEICAO GRILO RODRIGUES		70,00 €	- €
26.8.1.2.9.3647	COOPERATIVA AGRÍCOLA DE SANTIAGO	43 395,55 €	31 908,49 €	28 079,47 €
26.8.1.2.9.3883	LIU TONGZHUO		70,00 €	- €
26.8.1.2.9.4421	LAR E CENTRO DE DIA PARA IDOSOS "	360,56 €	10 625,82 €	9 297,60 €
26.8.1.2.9.4441	MARIANA DA CONCEICAO PERDIGAO MANEIRAS		35,00 €	- €
26.8.1.2.9.4872	ANA MARIA CARRIÇO BEXIGA		35,00 €	- €
26.8.1.2.9.6499	MARIA OFELIA PEREIRA DE SOUSA		70,00 €	- €
<b>26.8.4.3.1.</b>	<b>FEDER</b>	<b>16 790,71 €</b>	<b>16 790,71 €</b>	<b>16 790,71 €</b>
26.8.4.3.1.FEDER	FEDER	16 790,71 €	16 790,71 €	16 790,71 €
<b>26.8.8.7.1.</b>	<b>PA</b>	<b>43,97 €</b>	<b>91,93 €</b>	<b>- €</b>
26.8.8.7.1.PRESTAÇ	PRESTAÇÕES ÁGUA	43,97 €	91,93 €	- €
<b>26.8.9.9.0</b>	<b>OUTROS CREDORES DIVERSOS</b>	<b>894 287,25 €</b>	<b>545 740,70 €</b>	<b>486 745,15 €</b>
26.8.9.9.47	EDP DISTRIBUIÇÃO SA	3 196,13 €	3 196,13 €	3 196,13 €
26.8.9.9.89	JUNTA DE FREGUESIA DE CAPELINS (S	37 607,76 €	22 661,85 €	19 179,00 €
26.8.9.9.162	LITHO FORMAS PORTUGUESA	1 942,20 €	1 942,20 €	- €
26.8.9.9.229	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE A	9 380,83 €	- €	- €
26.8.9.9.476	FIDELIDADE MUNDIAL SEGUROS	- €	- €	- €
26.8.9.9.520	COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESE	472 568,15 €	300 992,62 €	248 496,44 €
26.8.9.9.523	Caixa Geral de Depósitos - Cgd		1 480,43 €	- €

*J*

*J*

*Alf*  
*MG*

COD. CONTA	DESIGNAÇÃO	Inicial	Set	Dez
26.8.9.9.574	ACADEMIA DE MÚSICA EBORENSE	199,52 €	- €	- €
26.8.9.9.1338	VIA VERDE PORTUGAL - GESTÃO DE SISTEMAS ELECTRO		467,60 €	- €
26.8.9.9.1388	ANTONIO MANUEL VELEZ CLAREU	13,90 €	13,90 €	13,90 €
26.8.9.9.1405	ALEXANDRE JOSÉ PEREIRA MARUJO	595,00 €	- €	- €
26.8.9.9.1495	AMBIO LABORATORIO DE ANALISES E	483,37 €	- €	- €
26.8.9.9.1611	CORO GREGORIANO DE ÉVORA	2 000,24 €	- €	- €
26.8.9.9.1684	M.IGLESIAS L.DA FABRICO E MONTAG	18,45 €	- €	- €
26.8.9.9.1877	LÍDIA MARIA RAMOS SERRA		425,00 €	- €
26.8.9.9.1902	ZÉLIA RUTE COELHO SANTOS	595,00 €	- €	- €
26.8.9.9.1909	BANCO COMERCIAL PORTUGUES, SA		15,60 €	- €
26.8.9.9.2336	ÁGUAS DO CENTRO ALENTEJO, S.A	24 071,83 €	24 071,83 €	11 743,00 €
26.8.9.9.2464	ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICIPI	12 654,00 €	7 436,00 €	- €
26.8.9.9.2629	FRANCISCA ISABEL MIRA	24,19 €	24,19 €	24,19 €
26.8.9.9.2826	RENATO LIMA AZENHA	8 545,40 €	8 545,40 €	- €
26.8.9.9.2887	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO ALAI	8 541,00 €	- €	- €
26.8.9.9.2920	TRACTOMOZ - TRACT.M.A.ESTREMOS,	1 418,64 €	- €	- €
26.8.9.9.3085	ASSOCIAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA DO	9 300,00 €	7 500,00 €	3 600,00 €
26.8.9.9.3136	ASSOCIAÇÃO BANDEIRA AZUL DA EU	390,00 €	- €	- €
26.8.9.9.3220	ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DEFESA C	3 948,22 €	- €	- €
26.8.9.9.3364	NTM - COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE	98,01 €	- €	- €
26.8.9.9.3503	JOÃO JOSÉ SOVELAS MIRA	9,72 €	9,72 €	9,72 €
26.8.9.9.3633	ASSOCIAÇÃO DE MUNICIPIOS PORTUG	5 300,00 €	5 300,00 €	- €
26.8.9.9.3723	PETROLEOS DE PORTUGAL - PETROGA	106,65 €	- €	- €
26.8.9.9.3852	ADSE	26 583,49 €	19 937,62 €	17 722,33 €
26.8.9.9.4107	CÂMARA MUNICIPAL DE REDONDO	67 864,14 €	53 608,95 €	33 438,23 €
26.8.9.9.4108	AQUINO CONSTRUÇÕES S.A.	10 139,77 €	10 139,77 €	10 139,77 €
26.8.9.9.4205	INSTITUTO FINANCEIRO PARA O DESE	57 950,00 €	1 609,72 €	1 609,72 €
26.8.9.9.4399	CR PRODUÇÕES - CIRCUITO RENOVAD	1 599,00 €	- €	- €
26.8.9.9.4403	CENTRO CULTURAL E DESPORTIVO DI	3 000,00 €	- €	- €
26.8.9.9.4404	OFICINA DE BATE-CHAPA E PINTURA	104,24 €	- €	- €
26.8.9.9.4558	AKI EVORA	64,96 €	64,96 €	- €
26.8.9.9.4695	INSYNCO	1 672,80 €	1 672,80 €	
26.8.9.9.4696	ARH-ADMINISTRAÇÃO DA REGIÃO HIE	472,67 €	- €	- €
26.8.9.9.4794	CIMAC - COMUNIDADE INTERMUNICII	56 002,66 €	40 686,92 €	33 304,19 €
26.8.9.9.4843	CAIXA CENTRAL DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO		10,40 €	- €
26.8.9.9.4933	VISUALFORMA, S.A.	581,36 €	- €	- €
26.8.9.9.4973	ROTIBRU - ALUMINIOS P/ CONSTRUÇA	549,07 €	- €	- €
26.8.9.9.5005	FACULDADE DE BELAS ARTES	19 900,00 €	12 437,47 €	9 949,96 €
26.8.9.9.5080	IFAP			92 737,28 €
26.8.9.9.5088	PAPELARIA LIVRARIA BORBENSE, LDª	5 980,10 €	- €	- €
26.8.9.9.5136	ASSOCIAÇÃO MUSICAL DE EVORA EBO	600,00 €	600,00 €	- €
26.8.9.9.5146	POR DE LUA, LDA	177,02 €	- €	- €

*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature that appears to be 'M. L. J.']*



COD. CONTA	DESIGNAÇÃO	Inicial	Set	Dez
26.8.9.9.5228	TURISMO DO ALENTEJO, E.R.T.	1 450,00 €	1 450,00 €	- €
26.8.9.9.5321	UKBAR FILMES-PROD LONG CURTAS M	153,75 €	- €	- €
26.8.9.9.5335	CASUR - CONSTRUÇÕES S.A.	1 775,73 €	- €	- €
26.8.9.9.5388	TECNIAMPER	3 882,78 €	2 783,02 €	- €
26.8.9.9.5469	INÁCIA INÉS MIRA	36,64 €	36,64 €	36,64 €
26.8.9.9.5582	SILVESTRE FESTAS - TENDAS E EQUIP/	5 762,55 €	1 440,66 €	- €
26.8.9.9.6004	Associação de Caça e Pesca de Aldeia da Ve	14 098,58 €	6 598,57 €	- €
26.8.9.9.6100	SULMOLAS REPARAÇÃO DE MOLAS EF	341,44 €	- €	- €
26.8.9.9.6115	REGI7	2 131,59 €	1 479,69 €	- €
26.8.9.9.6135	ALEXANDRE ANTÓNIO DA CUNHA GO	38,01 €	38,01 €	38,01 €
26.8.9.9.6136	ANTONIO JOSE MIRA BELEM	21,57 €	21,57 €	21,57 €
26.8.9.9.6137	CRISTINA JOANA MIRA	5,35 €	5,35 €	5,35 €
26.8.9.9.6138	DOMINGOS CARVALHO FERNANDES	24,75 €	24,75 €	24,75 €
26.8.9.9.6139	JACINTO CODICES	76,73 €	76,73 €	76,73 €
26.8.9.9.6140	JOAQUIM MANUEL VALENTE PARDAL	10,47 €	10,47 €	10,47 €
26.8.9.9.6141	JOSE ANTONIO TIQUE GOMES	1,78 €	1,78 €	1,78 €
26.8.9.9.6142	MANUEL JOAO MIRA RAMALHO	42,62 €	42,62 €	42,62 €
26.8.9.9.6143	MAVILDE MARIA RAMALHO COELHO	7,72 €	7,72 €	7,72 €
26.8.9.9.6145	GERTRUDES MARIA FERREIRA NABAIS	19,02 €	19,02 €	19,02 €
26.8.9.9.6148	FLORINDA ROSA PISCO ARRIFES	11,28 €	11,28 €	11,28 €
26.8.9.9.6191	LUBRIFUEL, COMBUSTIVEIS E LUBRIFI	896,79 €	- €	- €
26.8.9.9.6226	SUMA - SERVIÇOS URBANOS E MEIO A	1 115,60 €	- €	- €
26.8.9.9.6278	NOVO BANCO		1 307,52 €	- €
26.8.9.9.6353	PAULO LUÍS BRUNO MOLEIRA - OFICIN	414,04 €	- €	- €
26.8.9.9.6375	AUTO DIANA, LDA.	2 783,16 €	1 283,16 €	- €
26.8.9.9.6395	ELECTRO CARRAMINHO, LDA.		2 050,41 €	- €
26.8.9.9.6417	JOÃO ASSIS, LDA.	2 572,81 €	- €	- €
26.8.9.9.6460	PALOMA LUNA CRESPO	363,00 €	363,00 €	- €
26.8.9.9.6642	LEVELRHYTHM, LDA		1 285,35 €	1 285,35 €
26.8.9.9.6644	SAB-90, SL		552,30 €	- €

Handwritten signatures and initials in blue ink on the right side of the page, including a large signature that appears to read "Alcides" and other smaller initials.

## 5 - Aplicação de Resultados

De acordo com o estabelecido no POCAL propõe-se que o resultado do exercício no montante de 1.356.017,889 € seja aplicado em 5% para reservas legais e o restante para resultados transitados.

Alandroal

Alandroal 14 de abril de 2017

